

IV - PLANO DE FINANCIAMENTO INDICATIVO

O montante global de investimento previsto no Programa Operacional da Região do Algarve é de 728 milhões de euros (146 milhões de contos).

O investimento público previsto é de 707 milhões de euros (142 milhões de contos) ao qual está associado a um financiamento comunitário de 453 milhões de euros (91 milhões de contos) com a seguinte repartição: 365 milhões de euros (73 milhões de contos) para o FEDER, 49 milhões de euros (10 milhões de contos) para o FSE, 37 milhões de euros (8 milhões de contos) para o FEOGA e 2 milhões de euros (0,3 milhões de contos) para o IFOP.

Aos financiamentos comunitários dos Fundos Estruturais adicionam-se entre 2000 e 2006, como apoio adicional à concretização da estratégia de desenvolvimento estabelecida, financiamentos a conceder pelo BEI, no montante estimado de 142608 milhares de euros.

A repartição percentual do investimento público por Eixo Prioritário é a seguinte: 28% para o Eixo Prioritário 1 - Apoio ao Investimento de Interesse Municipal e Intermunicipal, 10% para o Eixo Prioritário 2 - Acções Integradas de Base Territorial e 62% para o Eixo Prioritário 3 - Intervenções da Administração Central regionalmente desconcentradas.

O montante máximo previsto respeitante às despesas de assistência técnica sujeitas a plafond, de acordo com o previsto na Regra de Elegibilidade nº 11, é de 9 567 milhares de Euros.

No Complemento de Programação as medidas de Assistência Técnica serão repartidas nas despesas previstas, respectivamente, no ponto 2 e no ponto 3 da Regra nº 11. Este documento especificará, para as acções sujeitas a plafond, os montantes afectos a cada categoria de acções, nomeadamente os custos relativos às acções previstas no ponto 2.2 da mesma regra.

Nos quadros seguintes é apresentado o plano de financiamento do programa, ventilado por Eixo Prioritário, por anos e por fundo.

Uma estimativa da ponderação financeira de cada medida, em termos percentuais é apresentada a título indicativo em quadro específico.

PROGRAMA OPERACIONAL DO ALGARVE (2000-2006)

Peso percentual dos Eixos Prioritários/medidas

Eixos Prioritários e Medidas	Peso da Desp. Pública Total %
Eixo Prioritário 1 – Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal	27,8%
Medida 1 – Infraestruturas de Requalificação Territorial	16,7%
Medida 2 – Equipamentos Colectivos	6,0%
Medida 3 – Recursos Humanos	1,9%
Medida 4 – Acções Específicas de Valorização Territorial	3,1%
Medida 5 – Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico	0,2%
Eixo Prioritário 2 – Acções Integradas de Base Territorial	9,9%
Medida 1 – Acção Integrada de Revitalização de Áreas de Baixa Densidade	5,3%
Medida 2 – Acção Integrada de Qualificação e Competitividade das Cidades – Componente Territorial	3,5%
Medida 3 – Acção Integrada de Qualificação e Competitividade das Cidades – Componente Empregabilidade	0,3%
Medida 4 – Acção Integrada de Revitalização das Áreas de Baixa Densidade – Componente Empregabilidade	0,8%
Eixo Prioritário 3 – Intervenções Sectoriais Desconcentradas	62,3%
Medida 1 – Infra-estruturas da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básicos e Secundário	2,5%
Medida 2 – Ensino Profissional (FSE)	1,1%
Medida 3 – Promoção da Empregabilidade e do Emprego ao Nível Local (FSE)	6,1%
Medida 4 – Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local	0,7%
Medida 5 – Ciência, Tecnologia e Informação	0,4%
Medida 6 – Sociedade de Informação (FEDER)	1,8%
Medida 7 – Sociedade de Informação (FSE)	0,3%
Medida 8 – Saúde	3,7%
Medida 9 – Cultura	0,5%
Medida 10 – Desporto	5,6%
Medida 11 – Agricultura e Desenvolvimento Rural (FEOGA)	7,8%
Medida 12 – Pescas (FEDER)	2,0%
Medida 13 – Pescas (IFOP)	0,3%
Medida 14 – Economia	12,5%
Medida 15 – Acessibilidade e Transportes	11,7%
Medida 16 – Ambiente	2,7%
Medida 17 – Assistência Técnica (FEDER)	2,1%
Medida 18 – Assistência Técnica (FSE)	0,3%
Medida 19 – Assistência Técnica (FEOGA)	0,2%
TOTAL	100%

PROGRAMA OPERACIONAL DO ALGARVE (2000 - 2006)

Unid: Euros

EIXOS	Custo Total	Despesa Pública Total	Despesa Pública							Recursos Públicos Naturais			Finan- mento Privado		BEI
			Fundos Estruturais			IFOP	Total	Central	Regional	Local	Outra				
			Total	FEDER	FSE							FEOGA-0			
Eixo Prioritário 1 – Apóio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal	196 803 000	196 803 000	137 836 000	128 609 000	9 227 000	0	0	58 967 000	9 124 000	0	48 787 000	1 056 000	0	0	
Eixo Prioritário 2 – Acções Integradas de Base Territorial	70 097 000	70 097 000	49 068 000	43 320 000	5 748 000	0	0	21 029 000	10 851 000	0	7 152 000	3 026 000	0	142 608 000	
Eixo Prioritário 3 – Intervenções Sectoriais Desconcertadas	461 578 000	440 215 000	266 436 000	193 528 000	33 706 000	37 445 000	1 757 000	173 779 000	106 327 000	0	15 261 000	52 191 000	21 363 000	0	
TOTAL	728 478 000	707 115 000	453 340 000	365 457 000	48 681 000	37 445 000	1 757 000	253 775 000	126 302 000	0	71 200 000	56 273 000	21 363 000	142 608 000	
TOTAL ASSISTÊNCIA TÉCNICA (por memória)	18 209 000	18 209 000	12 882 000	10 446 000	1 313 000	1 123 000	0	5 327 000	3 155 000	0	1 607 000	565 000	0	0	

PROGRAMA OPERACIONAL DO ALGARVE (2000-2006)
TOTAL dos Eixos Prioritários 1, 2, 3
(Por anos)

Eixos p/ Anos	Custo Total	Despesa Pública Total	Despesa Pública										Finan- mento Privado	BEI
			Fundos Estruturais			Recursos Públicos Naturais								
			FEDER	FSE	FE06A-0	IFOP	Total	Central	Regional	Local	Outra			
2000	116 417 000	113 404 000	73 011 000	60 491 000	7 138 000	5 022 000	360 000	40 393 000	18 783 000	0	11 135 000	10 475 000	3 013 000	19 183 000
FEDER	95 034 000	94 690 000	60 491 000	0	0	0	0	34 199 000	15 878 000	0	10 563 000	7 758 000	344 000	
FSE	11 647 000	10 995 000	7 138 000	0	7 138 000	0	0	3 857 000	694 000	0	446 000	2 717 000	652 000	
FE06A-0	9 081 000	7 228 000	5 022 000	0	0	5 022 000	0	2 206 000	2 147 000	0	59 000	0	1 853 000	
IFOP	655 000	491 000	360 000	0	0	0	360 000	131 000	64 000	0	67 000	0	164 000	
2001	129 592 000	126 467 000	77 975 000	64 897 000	7 166 000	5 613 000	299 000	48 492 000	20 714 000	0	11 256 000	16 522 000	3 125 000	19 569 000
FEDER	107 024 000	106 703 000	64 897 000	0	0	0	0	41 806 000	17 211 000	0	10 670 000	13 925 000	321 000	
FSE	11 719 000	11 084 000	7 166 000	0	7 166 000	0	0	3 918 000	891 000	0	430 000	2 597 000	635 000	
FE06A-0	10 306 000	8 273 000	5 613 000	0	0	5 613 000	0	2 660 000	2 568 000	0	92 000	0	2 033 000	
IFOP	543 000	407 000	299 000	0	0	0	299 000	108 000	44 000	0	64 000	0	136 000	
2002	107 305 000	104 197 000	67 641 000	54 621 000	7 063 000	5 688 000	269 000	36 556 000	18 558 000	0	11 063 000	6 935 000	3 108 000	19 953 000
FEDER	84 630 000	84 334 000	54 621 000	0	0	0	0	29 713 000	14 801 000	0	10 477 000	4 435 000	296 000	
FSE	11 638 000	11 017 000	7 063 000	0	7 063 000	0	0	3 954 000	1 039 000	0	415 000	2 500 000	621 000	
FE06A-0	10 547 000	8 479 000	5 688 000	0	0	5 688 000	0	2 791 000	2 682 000	0	109 000	0	2 068 000	
IFOP	490 000	367 000	269 000	0	0	0	269 000	98 000	36 000	0	62 000	0	123 000	
2003	112 058 000	108 658 000	68 235 000	54 619 000	7 530 000	5 818 000	268 000	40 423 000	19 199 000	0	11 070 000	10 154 000	3 400 000	20 352 000
FEDER	88 055 000	87 742 000	54 619 000	0	0	0	0	33 123 000	15 186 000	0	10 487 000	7 450 000	313 000	
FSE	12 569 000	11 882 000	7 530 000	0	7 530 000	0	0	4 352 000	1 242 000	0	406 000	2 704 000	687 000	
FE06A-0	10 946 000	8 668 000	5 818 000	0	0	5 818 000	0	2 850 000	2 734 000	0	116 000	0	2 278 000	
IFOP	488 000	366 000	268 000	0	0	0	268 000	98 000	37 000	0	61 000	0	122 000	
2004	85 281 000	82 290 000	53 431 000	41 899 000	6 314 000	5 057 000	161 000	28 859 000	16 108 000	0	8 923 000	3 828 000	2 991 000	20 766 000
FEDER	64 193 000	63 996 000	41 899 000	0	0	0	0	22 097 000	12 006 000	0	8 438 000	1 653 000	197 000	
FSE	10 681 000	10 093 000	6 314 000	0	6 314 000	0	0	3 779 000	1 289 000	0	315 000	2 175 000	588 000	
FE06A-0	10 114 000	7 981 000	5 057 000	0	0	5 057 000	0	2 924 000	2 801 000	0	123 000	0	2 133 000	
IFOP	293 000	220 000	161 000	0	0	0	161 000	59 000	12 000	0	47 000	0	73 000	
2005	88 105 000	85 255 000	55 736 000	43 888 000	6 620 000	5 042 000	186 000	29 519 000	16 602 000	0	8 821 000	4 096 000	2 850 000	21 179 000
FEDER	66 747 000	66 563 000	43 888 000	0	0	0	0	22 675 000	12 511 000	0	8 336 000	1 828 000	184 000	
FSE	11 134 000	10 509 000	6 620 000	0	6 620 000	0	0	3 889 000	1 297 000	0	324 000	2 268 000	625 000	
FE06A-0	9 886 000	7 930 000	5 042 000	0	0	5 042 000	0	2 888 000	2 775 000	0	113 000	0	1 956 000	
IFOP	338 000	253 000	186 000	0	0	0	186 000	67 000	19 000	0	48 000	0	85 000	
2006	89 720 000	86 844 000	57 311 000	45 042 000	6 850 000	5 205 000	214 000	29 533 000	16 338 000	0	8 932 000	4 263 000	2 876 000	21 606 000
FEDER	67 890 000	67 692 000	45 042 000	0	0	0	0	22 650 000	12 369 000	0	8 445 000	1 836 000	198 000	
FSE	11 530 000	10 889 000	6 850 000	0	6 850 000	0	0	4 039 000	1 281 000	0	331 000	2 427 000	641 000	
FE06A-0	9 912 000	7 973 000	5 205 000	0	0	5 205 000	0	2 768 000	2 661 000	0	107 000	0	1 939 000	
IFOP	388 000	290 000	214 000	0	0	0	214 000	76 000	27 000	0	49 000	0	98 000	
TOTAL	728 478 000	707 115 000	453 340 000	365 457 000	48 681 000	37 445 000	1 757 000	253 775 000	126 302 000	0	71 200 000	56 273 000	21 363 000	142 608 000
Total FEDER	573 573 000	571 720 000	365 457 000	365 457 000				206 263 000	99 962 000	0	67 416 000	38 885 000	1 853 000	
Total FSE	80 918 000	76 469 000	48 681 000	48 681 000				27 788 000	7 733 000	0	2 667 000	17 388 000	4 449 000	
Total FE06A-0	70 792 000	56 532 000	37 445 000		37 445 000			19 087 000	18 368 000	0	719 000	0	14 260 000	
Total IFOP	3 195 000	2 394 000	1 757 000				1 757 000	637 000	239 000	0	398 000	0	801 000	

Unid.: Euros

Unid.: Euros

Eixo Prioritário 1 – Apoio ao Investimento de Interesse Municipal e Intermunicipal
(Por anos)

Eixos p/ Anos		Custo Total	Despesa Pública Total	Despesa Pública						Finan- mento Privado	BEI			
				Fundos Estruturais										
				Total	FEDER	FSE	FE06A-0	IFOP	Total			Central	Regional	Local
2000		32 895 000	32 895 000	23 039 000	21 497 000	1 542 000	0	0	9 856 000	1 522 000	0	8 137 000	177 000	0
	FEDER	30 692 000	30 692 000	21 497 000	21 497 000				9 195 000	1 192 000		7 825 000	177 000	
	FSE	2 203 000	2 203 000	1 542 000		1 542 000			661 000	330 000	0	331 000		
	FE06A-0	0	0											
	IFOP	0	0											
2001		31 790 000	31 790 000	22 264 000	20 774 000	1 490 000	0	0	9 526 000	1 471 000	0	7 884 000	171 000	0
	FEDER	29 662 000	29 662 000	20 774 000	20 774 000				8 888 000	1 152 000		7 565 000	171 000	
	FSE	2 128 000	2 128 000	1 490 000		1 490 000			638 000	319 000		319 000		
	FE06A-0	0	0											
	IFOP	0	0											
2002		30 656 000	30 656 000	21 470 000	20 033 000	1 437 000	0	0	9 186 000	1 419 000	0	7 602 000	165 000	0
	FEDER	28 603 000	28 603 000	20 033 000	20 033 000				8 570 000	1 111 000		7 294 000	165 000	
	FSE	2 053 000	2 053 000	1 437 000		1 437 000			616 000	308 000		308 000		
	FE06A-0	0	0											
	IFOP	0	0											
2003		29 944 000	29 944 000	20 972 000	19 568 000	1 404 000	0	0	8 972 000	1 386 000	0	7 425 000	161 000	0
	FEDER	27 938 000	27 938 000	19 568 000	19 568 000				8 370 000	1 085 000		7 124 000	161 000	
	FSE	2 006 000	2 006 000	1 404 000		1 404 000			602 000	301 000		301 000		
	FE06A-0	0	0											
	IFOP	0	0											
2004		23 209 000	23 209 000	16 255 000	15 167 000	1 088 000	0	0	6 954 000	1 074 000	0	5 755 000	125 000	0
	FEDER	21 655 000	21 655 000	15 167 000	15 167 000				6 488 000	841 000		5 522 000	125 000	
	FSE	1 554 000	1 554 000	1 088 000		1 088 000			466 000	233 000		233 000		
	FE06A-0	0	0											
	IFOP	0	0											
2005		23 866 000	23 866 000	16 715 000	15 596 000	1 119 000	0	0	7 151 000	1 105 000	0	5 918 000	128 000	0
	FEDER	22 267 000	22 267 000	15 596 000	15 596 000				6 671 000	865 000		5 678 000	128 000	
	FSE	1 599 000	1 599 000	1 119 000		1 119 000			480 000	240 000		240 000		
	FE06A-0	0	0											
	IFOP	0	0											
2006		24 443 000	24 443 000	17 121 000	15 974 000	1 147 000	0	0	7 322 000	1 147 000	0	6 046 000	129 000	0
	FEDER	22 805 000	22 805 000	15 974 000	15 974 000				6 831 000	902 000		5 800 000	129 000	
	FSE	1 638 000	1 638 000	1 147 000		1 147 000			491 000	245 000		246 000		
	FE06A-0	0	0											
	IFOP	0	0											
TOTAL		196 803 000	196 803 000	137 836 000	128 609 000	9 227 000	0	0	58 967 000	9 124 000	0	48 787 000	1 056 000	0
Total FEDER		183 622 000	183 622 000	128 609 000	128 609 000				55 013 000	7 148 000		46 809 000	1 056 000	
Total FSE		13 181 000	13 181 000	9 227 000		9 227 000			3 954 000	1 976 000		1 978 000		
Total FE06A-0														
Total IFOP														

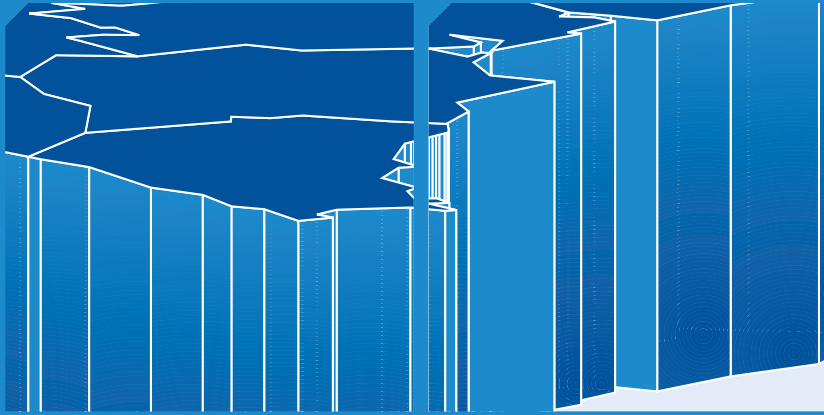
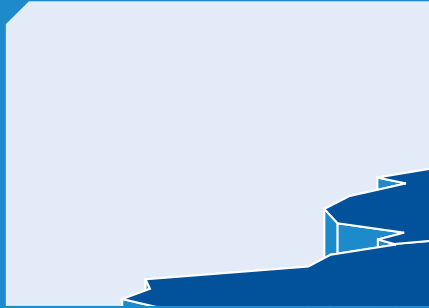
PROGRAMA OPERACIONAL DO ALGARVE (2000-2006)
Eixo Prioritário 2 – Acções Integradas de Base Territorial
(Por anos)

Eixos p/ Anos	Custo Total	Despesa Pública Total	Despesa Pública										Finan- mento Privado	BEI
			Fundos Estruturais					Recursos Públicos Naturais						
			Total	FEDER	FSE	FEOGA-0	IFOP	Total	Central	Regional	Local	Outra		
2000	11 717 000	11 717 000	8 201 000	7 240 000	961 000	0	0	3 516 000	1 814 000	0	1 196 000	506 000	0	19 183 000
FEDER	10 344 000	10 344 000	7 240 000	7 240 000				3 104 000	1 608 000		1 093 000	403 000		
FSE	1 373 000	1 373 000	961 000		961 000			412 000	206 000		103 000	103 000		
FEOGA-0	0	0	0					0						
IFOP	0	0	0					0						
2001	11 322 000	11 322 000	7 925 000	6 997 000	928 000	0	0	3 397 000	1 754 000	0	1 155 000	488 000	0	19 569 000
FEDER	9 997 000	9 997 000	6 997 000	6 997 000				3 000 000	1 555 000		1 056 000	389 000		
FSE	1 325 000	1 325 000	928 000		928 000			397 000	199 000		99 000	99 000		
FEOGA-0	0	0	0					0						
IFOP	0	0	0					0						
2002	10 919 000	10 919 000	7 643 000	6 748 000	895 000	0	0	3 276 000	1 691 000	0	1 114 000	471 000	0	19 953 000
FEDER	9 640 000	9 640 000	6 748 000	6 748 000				2 892 000	1 499 000		1 018 000	375 000		
FSE	1 279 000	1 279 000	895 000		895 000			384 000	192 000		96 000	96 000		
FEOGA-0	0	0	0					0						
IFOP	0	0	0					0						
2003	10 665 000	10 665 000	7 466 000	6 591 000	875 000	0	0	3 199 000	1 649 000	0	1 089 000	461 000	0	20 352 000
FEDER	9 414 000	9 414 000	6 591 000	6 591 000				2 823 000	1 461 000		995 000	367 000		
FSE	1 251 000	1 251 000	875 000		875 000			376 000	188 000		94 000	94 000		
FEOGA-0	0	0	0					0						
IFOP	0	0	0					0						
2004	8 267 000	8 267 000	5 767 000	5 109 000	678 000	0	0	2 480 000	1 280 000	0	843 000	357 000	0	20 766 000
FEDER	7 298 000	7 298 000	5 109 000	5 109 000				2 189 000	1 135 000		770 000	284 000		
FSE	969 000	969 000	678 000		678 000			291 000	145 000		73 000	73 000		
FEOGA-0	0	0	0					0						
IFOP	0	0	0					0						
2005	8 501 000	8 501 000	5 950 000	5 253 000	697 000	0	0	2 551 000	1 317 000	0	867 000	367 000	0	21 179 000
FEDER	7 504 000	7 504 000	5 253 000	5 253 000				2 251 000	1 167 000		792 000	292 000		
FSE	997 000	997 000	697 000		697 000			300 000	150 000		75 000	75 000		
FEOGA-0	0	0	0					0						
IFOP	0	0	0					0						
2006	8 706 000	8 706 000	6 096 000	5 382 000	714 000	0	0	2 610 000	1 346 000	0	888 000	376 000	0	21 606 000
FEDER	7 688 000	7 688 000	5 382 000	5 382 000				2 306 000	1 194 000		812 000	300 000		
FSE	1 018 000	1 018 000	714 000		714 000			304 000	152 000		76 000	76 000		
FEOGA-0	0	0	0					0						
IFOP	0	0	0					0						
TOTAL	70 097 000	70 097 000	49 068 000	43 320 000	5 748 000	0	0	21 029 000	10 851 000	0	7 152 000	3 026 000	0	142 608 000
Total FEDER	61 885 000	61 885 000	43 320 000	43 320 000				18 565 000	9 619 000		6 536 000	2 410 000		
Total FSE	8 212 000	8 212 000	5 748 00	5 748 000				2 464 000	1 232 000		616 000	616 000		
Total FEOGA-0														
Total IFOP														

PROGRAMA OPERACIONAL DO ALGARVE (2000-2006)
Eixo Prioritário 3 – Intervenções Sectoriais Desconcentradas
(Por anos)

Eixos p/ Anos	Custo Total	Despesa Pública Total	Despesa Pública										BEI
			Fundos Estruturais			Recursos Públicos Naturais			Finan- mento Privado				
			FEDER	FSE	FE0GA-0	IFOP	Total	Central	Regional	Local	Outra		
2000	71 805 000	68 792 000	41 771 000	31 754 000	5 022 000	360 000	27 021 000	15 447 000	0	1 782 000	9 792 000	3 013 000	
FEDER	53 998 000	53 654 000	31 754 000				21 900 000	13 078 000	0	1 644 000	7 178 000	344 000	
FSE	8 071 000	7 419 000	4 635 000	4 635 000			2 784 000	158 000	0	12 000	2 614 000	652 000	
FE0GA-0	9 081 000	7 228 000	5 022 000		5 022 000		2 206 000	2 147 000	0	59 000	0	1 853 000	
IFOP	655 000	491 000	360 000				360 000	131 000	64 000	0	67 000	0	164 000
2001	86 480 000	83 355 000	47 786 000	37 126 000	5 613 000	299 000	35 569 000	17 489 000	0	2 217 000	15 863 000	3 125 000	
FEDER	67 365 000	67 044 000	37 126 000	37 126 000			29 918 000	14 504 000	0	2 049 000	13 365 000	321 000	
FSE	8 266 000	7 631 000	4 748 000	4 748 000			2 883 000	373 000	0	12 000	2 498 000	635 000	
FE0GA-0	10 306 000	8 273 000	5 613 000		5 613 000		2 660 000	2 568 000	0	92 000	0	2 033 000	
IFOP	543 000	407 000	299 000				299 000	108 000	44 000	0	64 000	0	136 000
2002	65 730 000	62 622 000	38 528 000	27 840 000	5 688 000	269 000	24 094 000	15 448 000	0	2 347 000	6 299 000	3 108 000	
FEDER	46 387 000	46 091 000	27 840 000	27 840 000			18 251 000	12 191 000	0	2 165 000	3 895 000	296 000	
FSE	8 306 000	7 685 000	4 731 000	4 731 000			2 954 000	539 000	0	11 000	2 404 000	621 000	
FE0GA-0	10 547 000	8 479 000	5 688 000		5 688 000		2 791 000	2 682 000	0	109 000	0	2 068 000	
IFOP	490 000	367 000	269 000				269 000	98 000	36 000	0	62 000	0	123 000
2003	71 449 000	68 049 000	39 797 000	28 460 000	5 818 000	268 000	28 252 000	16 164 000	0	2 556 000	9 532 000	3 400 000	
FEDER	50 703 000	50 390 000	28 460 000	28 460 000			21 930 000	12 640 000	0	2 368 000	6 922 000	313 000	
FSE	9 312 000	8 625 000	5 251 000	5 251 000			3 374 000	753 000	0	11 000	2 610 000	687 000	
FE0GA-0	10 946 000	8 668 000	5 818 000		5 818 000		2 850 000	2 734 000	0	116 000	0	2 278 000	
IFOP	488 000	366 000	268 000				268 000	98 000	37 000	0	61 000	0	122 000
2004	53 805 000	50 814 000	31 389 000	21 623 000	5 057 000	161 000	19 425 000	13 754 000	0	2 325 000	3 346 000	2 991 000	
FEDER	35 240 000	35 043 000	21 623 000	21 623 000			13 420 000	10 030 000	0	2 146 000	1 244 000	197 000	
FSE	8 158 000	7 570 000	4 548 000	4 548 000			3 022 000	911 000	0	9 000	2 102 000	588 000	
FE0GA-0	10 114 000	7 981 000	5 057 000		5 057 000		2 924 000	2 801 000	0	123 000	0	2 133 000	
IFOP	293 000	220 000	161 000				161 000	59 000	12 000	0	47 000	0	73 000
2005	55 738 000	52 888 000	33 071 000	23 039 000	5 042 000	186 000	19 817 000	14 180 000	0	2 036 000	3 601 000	2 850 000	
FEDER	36 976 000	36 792 000	23 039 000	23 039 000			13 753 000	10 479 000	0	1 866 000	1 408 000	184 000	
FSE	8 538 000	7 913 000	4 804 000	4 804 000			3 109 000	907 000	0	9 000	2 193 000	625 000	
FE0GA-0	9 886 000	7 930 000	5 042 000		5 042 000		2 888 000	2 775 000	0	113 000	0	1 956 000	
IFOP	338 000	253 000	186 000				186 000	67 000	19 000	0	48 000	0	85 000
2006	56 571 000	53 695 000	34 094 000	23 686 000	4 989 000	214 000	19 601 000	13 845 000	0	1 998 000	3 758 000	2 876 000	
FEDER	37 397 000	37 199 000	23 686 000	23 686 000			13 513 000	10 273 000	0	1 833 000	1 407 000	198 000	
FSE	8 874 000	8 233 000	4 989 000	4 989 000			3 244 000	884 000	0	9 000	2 351 000	641 000	
FE0GA-0	9 912 000	7 973 000	5 205 000		5 205 000		2 768 000	2 661 000	0	107 000	0	1 939 000	
IFOP	388 000	290 000	214 000				214 000	76 000	27 000	0	49 000	0	98 000
TOTAL	461 578 000	440 215 000	266 436 000	193 528 000	33 706 000	1 757 000	173 779 000	106 327 000	0	15 261 000	52 191 000	21 363 000	
Total FEDER	328 066 000	326 213 000	193 528 000				132 685 000	83 195 000	0	14 071 000	35 419 000	1 853 000	
Total FSE	59 525 000	55 076 000	33 706 000	33 706 000			21 370 000	4 525 000	0	73 000	16 772 000	4 449 000	
Total FE0GA-0	70 792 000	56 532 000	37 445 000		37 445 000		19 087 000	18 368 000	0	719 000	0	14 260 000	
Total IFOP	3 195 000	2 394 000	1 757 000				1 757 000	637 000	239 000	398 000	0	801 000	

Unid.: Euros



V - DISPOSIÇÕES DE EXECUÇÃO

1. ESTRUTURA INSTITUCIONAL DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL

1.1 Gestão

A gestão técnica, administrativa e financeira do Programa Operacional Regional é exercida por um Gestor, nomeado pelo Conselho de Ministros, com o estatuto definido no correspondente acto de nomeação. No caso do PROALGARVE, na pessoa do Presidente da Comissão de Coordenação Regional do Algarve, sediada na Praça da Liberdade, nº2 - 8000 Faro.

O gestor do Programa Operacional Regional constitui a autoridade de gestão prevista no ponto i) da alínea d) do artigo 18º do Regulamento (CE) n.º 1260/1999 do Conselho, de 21 de Junho, sendo que, nomeadamente, lhe compete:

- a) Adoptar o Complemento de Programação definido na alínea m) do artigo 9º do Regulamento (CE) nº 1260/99, após o acordo da Comissão de Acompanhamento;
- b) Transmitir à Comissão, num documento único para informação, o Complemento de Programação no prazo máximo de três meses a contar da Decisão da Comissão que aprova o Programa Operacional;
- c) Adaptar, por sua própria iniciativa ou sob proposta da Comissão de Acompanhamento, o Complemento de Programação, sem alterar o montante total da participação dos Fundos Estruturais concedidos ao Eixo Prioritário em causa, nem os objectivos do mesmo;
- d) Informar a Comissão Europeia da adaptação do Complemento de Programação, no prazo de um mês após a aprovação pela Comissão de Acompanhamento;
- e) Garantir a regularidade das operações financiadas pelo Programa Operacional, designadamente pela aplicação de medidas de controlo interno compatíveis com os princípios da boa gestão financeira, bem como pela resposta às observações, pedidos de medidas correctivas e recomendações de adaptação apresentados pela Comissão Europeia nos termos dos n.º 2 do artigo 34º e n.º 4 do artigo 38º do Regulamento (CE) n.º 1260/1999 do Conselho, de 21 de Junho de 1999;
- f) Propor a regulamentação e assegurar a organização dos processos de candidaturas de projectos ao financiamento pelo Programa Operacional respectivo;
- g) Aprovar ou propor a aprovação das candidaturas de projectos ao financiamento pelo Programa Operacional respectivo, uma vez obtido o parecer da Unidade de Gestão correspondente;
- h) Assegurar o cumprimento por cada projecto ou acção das normas nacionais e comunitárias aplicáveis, nomeadamente a sua compatibilidade com as políticas comunitárias no que se refere ao respeito das regras de concorrência, à adjudicação de contratos públicos, à protecção e melhoria do ambiente e à promoção da igualdade entre homens e mulheres;
- i) Assegurar que são cumpridas as condições necessárias de cobertura orçamental dos projectos;
- j) Apreçar da conformidade dos pedidos de pagamentos que sejam apresentados pelos beneficiários finais e efectuar, ou assegurar que sejam efectuados, os referidos pagamentos;
- k) Elaborar e submeter à Comissão de Acompanhamento os relatórios anuais e final de execução do Programa Operacional;
- l) Assegurar que seja instituído um sistema de controlo interno adequado à verificação dos processos de candidaturas e dos pagamentos conforme aos normativos aplicáveis;
- m) Assegurar a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos fiáveis sobre a execução para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para a avaliação intercalar e ex-post e para as eventuais avaliações temáticas ou transversais;

- n) Utilizar e assegurar a utilização pelos organismos que participam na gestão e na execução, de um sistema de contabilidade separada ou de uma codificação contabilística adequada para as transacções abrangidas pelo Programa Operacional;
- o) Assegurar o cumprimento das obrigações nacionais e comunitárias em matéria de informação e de publicidade;
- p) Organizar a avaliação intercalar e a respectiva actualização, em colaboração com a Comissão, e colaborar na avaliação ex-post do Programa Operacional respectivo;
- q) Apresentar o relatório anual de execução e o relatório final de execução do Programa Operacional à Comissão Europeia, depois de aprovado pela Comissão de Acompanhamento;
- r) Praticar os demais actos necessários à regular e plena execução do Programa Operacional.

Compete ainda ao Gestor do Programa Operacional Regional assegurar a direcção do processo de concertação estratégica ao nível regional, bem como a coordenação e a coerência do Programa Regional.

O Gestor do Programa Operacional Regional pode ser apoiado, no exercício das suas funções, por gestores de eixos prioritários. Contudo, no caso do eixo prioritário relativo a Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas as competências do respectivo Gestor são desempenhadas directamente pelo Gestor do Programa Operacional Regional.

Os coordenadores das componentes sectoriais regionalmente desconcentradas têm capacidade de iniciativa exclusiva no que respeita à apresentação de propostas de decisão à unidade de Gestão no respectivo sector e asseguram a sua coerência com as prioridades sectoriais nacionais e articulação com os Programas Operacionais sectoriais.

O Gestor do Programa Operacional Regional submeterá os projectos do financiamento aprovados no âmbito do Eixo Prioritário relativo a Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentrados”, à aprovação pelo Ministro que tutela a correspondente área sectorial.

Prevê-se a possibilidade de vir a contratualizar, no âmbito dos Investimentos de interesse Municipal e Intermunicipal e das Acções Integradas de Base Territorial, a gestão de algumas iniciativas com Associações de Municípios, com as Agências e Associações de Desenvolvimento Regional e Local, e com outras figuras de concertação estratégica de base territorial.

a) Unidades de gestão

O gestor de cada eixo prioritário que integra o Programa Operacional Regional é assistido, no exercício das suas funções por uma Unidade de Gestão.

Sem prejuízo dos poderes que lhe sejam conferidos no despacho da sua constituição, compete às Unidades de Gestão de cada um dos eixos prioritários do Programa Operacional Regional:

- Elaborar e aprovar o respectivo regulamento interno;
- Dar parecer sobre as propostas de decisão dos gestores relativos a candidaturas de projectos ao financiamento pela intervenção operacional respectiva;
- Dar parecer sobre os projectos de relatório de execução das intervenções operacionais elaborados pelos gestores.

As Unidades de Gestão serão presididas pelo Gestor do Programa Operacional Regional, sendo a sua composição determinada por despacho do Ministro responsável pelo programa operacional, sem prejuízo do seguinte:

- A unidade de gestão do eixo prioritário de apoio ao investimento de interesse municipal e intermunicipal (eixo prioritário 1) tem uma composição que assegura a representação maioritária das autarquias locais da respectiva área de intervenção, nos termos do quadro legal em vigor.

- As unidades de gestão são integradas por um representante do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.
- A Unidade de Gestão do Eixo Prioritário relativo às “Acções Integradas de Base Territorial” integram os Coordenadores das Acções Integradas de Base Territorial.
- A unidade de gestão do eixo prioritário relativo a investimentos e acções de desenvolvimento desconcentradas são ainda integradas pelos coordenadores das intervenções da administração central regionalmente desconcentradas do PROALGARVE, os quais são designados pelo Ministro sectorialmente competente.
- As entidades responsáveis pela gestão nacional dos fundos comunitários que contribuam para o financiamento do PROALGARVE podem designar um seu representante, na qualidade de observador, para integrar a composição da unidade de gestão.

O Gestor e cada uma das Unidade de Gestão serão assistidos por uma Estrutura de Apoio Técnico.

As disposições financeiras e de gestão devem ser adaptadas de forma concordante com quaisquer futuras regras de execução que venham a ser adoptadas a coberto do nº 2 do art. 53º do Regulamento (CE) nº 1260/99.

b) Selecção de projectos:

Os projectos a aprovar no âmbito de cada medida devem respeitar as condições de acesso e serão escolhidos de acordo com um conjunto de critérios de selecção a definir no âmbito do Complemento de Programação.

A selecção de projectos será assim estabelecida de acordo com um conjunto de princípios e critérios previamente definidos que abrangem aspectos como limiares mínimos de investimento, prioridade para determinada tipologia de projectos ou aspectos que ajudam a concretizar o âmbito dos projectos a aceitar em cada Medida com vista ao melhor cumprimento dos objectivos específicos da mesma.

O Complemento de Programação, a transmitir à Comissão Europeia no prazo de três meses após a aprovação do Programa Operacional, incluirá os critérios de selecção de candidaturas, que deverão ter em conta, não obstante a descrição efectuada em cada medida do Eixo III:

- a necessidade de assegurar a coerência entre as acções referidas nos Programas Operacionais Sectoriais e as retomadas nos programas regionais evitando sobreposições;
- a necessidade de respeitar os critérios de selecção estabelecidos nos planos de acção relativos às Acções Integradas de Base Territorial a elaborar;
- as indicações estabelecidas no quadro de referência dos sectores transportes e ambiente para as intervenções do Fundo de Coesão.

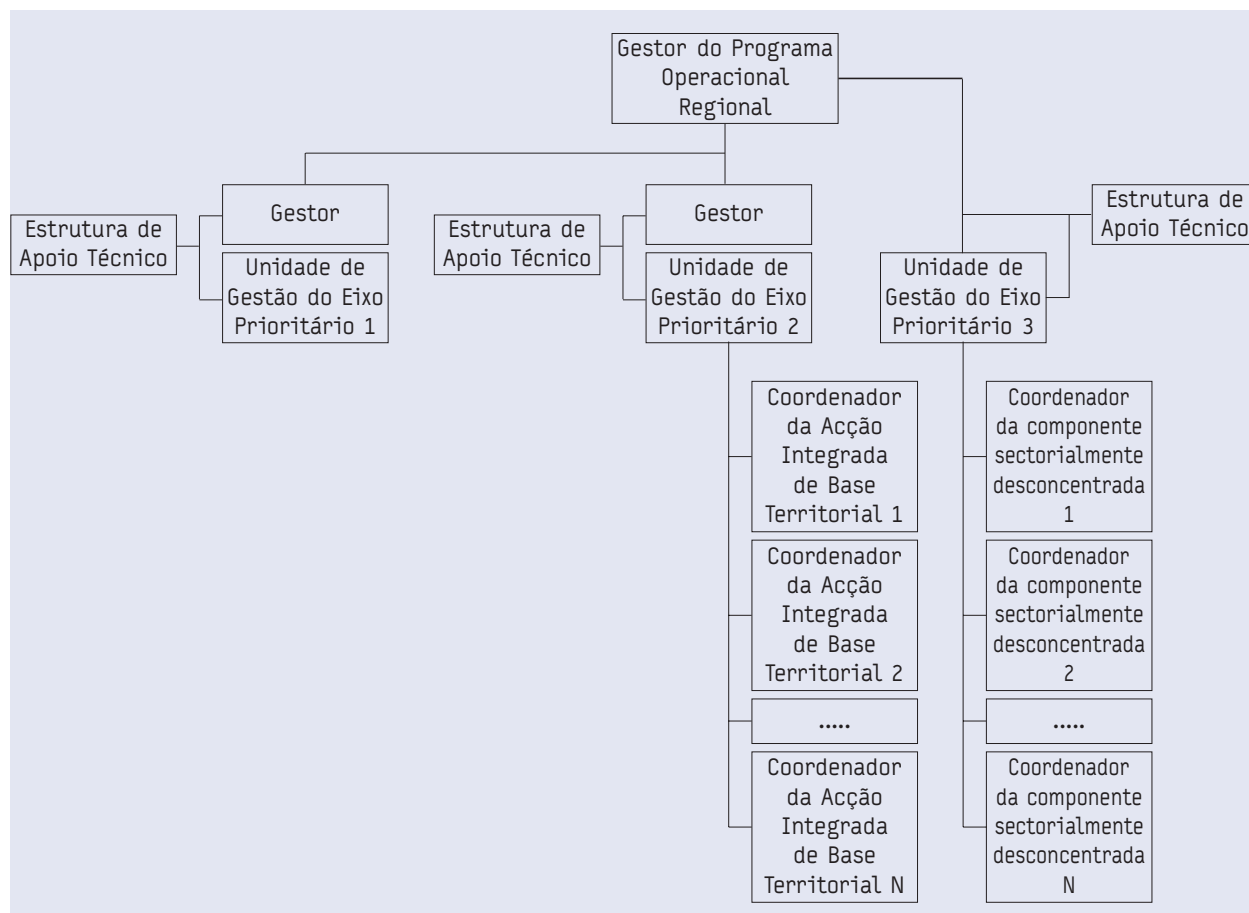
Os princípios orientadores dos critérios de selecção destas medidas tomarão ainda em consideração os princípios e objectivos do desenvolvimento sustentável, decorrentes da política e legislação comunitária em matéria de ambiente.

A título de exemplo os princípios gerais e orientadores dos critérios de selecção privilegiam projectos:

- que associem ao financiamento do PO, apoios dos sectores ou de outras entidades;
- que permitam fechar redes ou seja completar sistemas ou
- que dêem continuidade aos objectivos ou a fases físicas de projectos já cofinanciados.

Os projectos mencionados no presente programa são indicados a título de exemplo. O seu financiamento efectivo dependerá por um lado das disposições regulamentares, e por outro, dos critérios de selecção estabelecidos no Complemento de Programação e dos resultados da sua instrução.

No que se refere à elegibilidade de despesas o PROALGARVE prevê que a compra de terrenos possa, em casos devidamente fundamentados, atingir um montante superior a 10% do custo da operação. Nestas situações, a Comissão deverá ser previamente consultada.



1.2. Acompanhamento:

O acompanhamento de cada Programa Operacional Regional do Continente é assegurado por uma **Comissão de Acompanhamento**, constituída no prazo máximo de três meses após a decisão da Comissão Europeia relativa à participação dos Fundos, que é presidida pelo Gestor do Programa Operacional e composta por:

- Membros das Unidades de Gestão do Programa Operacional;
- Um representante de cada entidade responsável pela gestão nacional dos fundos comunitários envolvidos, quando este não integre a composição da unidade de gestão;
- Um representante do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, quando este não integre a composição da unidade de gestão;
- Um representante do Ministro para a Igualdade;
- O director geral do desenvolvimento regional;
- O presidente do correspondente Conselho da Região;

- Representantes dos Municípios envolvidos;
- Representantes dos Ministérios oriundos das instituições vocacionadas para o apoio técnico à formulação e acompanhamento das políticas públicas relevantes;
- Representantes dos parceiros económicos e sociais, de carácter nacional e regional, incluindo organizações representadas no Conselho Económico e Social;
- Uma representação da Comissão Europeia e outra do Banco Europeu de Investimentos, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1260/1999, de 21 de Junho;
- Um representante da Inspeção Geral de Finanças, na qualidade de observador.

Compete especialmente à Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional Regional:

- a) Confirmar ou adaptar o Complemento de Programação, incluindo os indicadores físicos e financeiros a utilizar no acompanhamento do Programa Operacional;
- b) Analisar e aprovar, nos seis meses subsequentes à aprovação do Programa Operacional, os critérios de selecção das operações financiadas ao abrigo de cada medida;
- c) Avaliar periodicamente os progressos realizados na prossecução dos objectivos específicos do Programa Operacional;
- d) Analisar os resultados da execução, nomeadamente a realização dos objectivos definidos para as diferentes medidas, bem como a avaliação intercalar prevista no artigo 42º do Regulamento (CE) nº 1260/1999 de 21 Junho 1999;
- e) Analisar e aprovar o relatório anual de execução e o relatório final de execução antes do seu envio à Comissão Europeia;
- f) Analisar e aprovar todas as propostas de alteração ao conteúdo da decisão da Comissão Europeia que aprova o Programa Operacional;
- g) Propor ao Gestor a adaptação ou revisão do Programa Operacional que permita alcançar os objectivos definidos ou aperfeiçoar a respectiva gestão, inclusivamente na vertente financeira;
- h) Analisar os critérios de repartição entre projectos nacionais sectoriais e regionais sectoriais.

A Comissão de Acompanhamento constituirá Grupos Técnicos de Avaliação, com o objectivo de acompanhar o processo de avaliação.

A Comissão de Acompanhamento definirá, no regulamento interno, as modalidades de cooperação e articulação com o (s) Grupo (s) Temático (s) correspondentes.

As modalidades de cooperação e articulação com o (s) Grupo (s) Temático (s), definidas no regulamento interno da Comissão de Acompanhamento, deverão nomeadamente concretizar-se através:

- da disponibilização da acta da Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional, para informação do Grupo de Trabalho Temático transversal nos programas cujos domínios são objecto de grupos temáticos;
- do sistema de informação de cada Programa Operacional, que deverá disponibilizar informação actualizada ao (s) Grupo (s) de Trabalho Temático existente (s) nos domínios abrangidos pelo Programa.

2. AVALIAÇÃO

O Programa Operacional Regional será objecto de uma **avaliação intercalar** que analisará, tendo em conta a avaliação ex-ante, os primeiros resultados do Programa Operacional Regional, a sua pertinência e a realização dos objectivos e apreciará igualmente a utilização das dotações, bem como o funcionamento da execução e do acompanhamento. Na sequência desta análise, os montantes afectos, nomeadamente às acções imateriais constantes dos Eixos I e II dos PO's Regionais do Continente, serão objecto de um eventual ajustamento.

A avaliação intercalar do Programa Operacional:

- efectua-se sob a responsabilidade da Autoridade de Gestão em colaboração com a Comissão Europeia, devendo a Autoridade de Gestão do QCA assegurar a coordenação do calendário de lançamento das diferentes avaliações;
- o Grupo Técnico para a Avaliação terá representantes da Autoridade de Gestão do Programa Operacional, da Comissão Europeia e da Autoridade de Gestão do QCA. O Grupo Técnico de Avaliação deve, nomeadamente, propor a metodologia dos estudos de avaliação e acompanhar o lançamento e a realização dos estudos de avaliação efectuados pelos avaliadores independentes, bem como pronunciar-se sobre os resultados dos *referidos* estudos de avaliação.
- será realizada por avaliadores independentes, apresentada à Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional e, seguidamente, transmitida à Comissão Europeia o mais tardar até 31 de Dezembro de 2003;
- no prolongamento da avaliação intercalar, será efectuada até 31 de Dezembro de 2005 uma actualização dessa avaliação para cada Programa Operacional;
- as Autoridades de Gestão de cada Programa Operacional procederão, em colaboração com a Comissão Europeia, à selecção dos avaliadores independentes até final de 2002 no que respeita à avaliação intercalar e até final de 2004 no que se refere à sua actualização.

O Programa Operacional Regional será ainda objecto de uma **avaliação ex-post** que:

- se destina a dar conta da utilização dos recursos, da eficácia das intervenções e do seu impacte, bem como a tirar ensinamentos para a política de coesão económica e social, tendo em conta os resultados da avaliação ex-ante;
- incide nos factores de êxito ou de insucesso da execução bem como nas realizações e nos resultados, incluindo a sua sustentabilidade;
- é da responsabilidade da Comissão Europeia, em colaboração com a Autoridade de Gestão e é realizada por avaliadores independentes;
- deve estar concluída, o mais tardar, três anos após a conclusão do período de programação.

As Autoridade de Gestão facultarão todos os elementos necessários à realização das avaliações intercalar e ex-post, tomando as medidas necessárias para que essa informação seja disponibilizada aos avaliadores independentes;

Os avaliadores devem respeitar a confidencialidade no tratamento dos dados a que tenham acesso;

A avaliação dos Programas Operacionais será articulada com o Sistema de Informação Global do QCA e com os Sistemas de Informação Específicos de cada Fundo Estrutural e terá em conta os dispositivos de avaliação estabelecidos;

Por iniciativa do Estado-Membro ou da Comissão Europeia após informação daquele, podem ser lançadas avaliações complementares, eventualmente temáticas, nomeadamente para identificar experiências transferíveis;

O Estado-Membro e a Comissão Europeia dotar-se-ão de meios adequados e reunirão todos os dados necessários para que as avaliações sejam efectuadas da forma mais eficaz. A avaliação utilizará neste contexto, os diferentes elementos que o sistema de acompanhamento pode fornecer, completados se necessário, pela recolha de informação destinada a melhorar a sua pertinência;

Os resultados de avaliação serão postos à disposição do público, mediante pedido - salvaguardado o necessário acordo prévio da Comissão de Acompanhamento no caso da avaliação intercalar.

A avaliação dos Programas Operacionais será realizada com a cooperação dos organismos responsáveis pela gestão de cada Fundo Estrutural.

É desejável que a avaliação intercalar do Programa Operacional seja apresentada à Comissão de Acompanhamento e transmitida à Comissão Europeia, de forma articulada com a avaliação intercalar do Quadro Comunitário de Apoio.

Os Programas Operacionais, a meio do período de programação poderão ter direito a uma **reserva de eficiência**.

A atribuição da Reserva de Eficiência será efectuada com base em critérios de eficácia, em critérios de gestão e em critérios de execução financeira.

A especificação dos critérios de eficácia, a selecção dos indicadores de acompanhamento para um conjunto de medidas a determinar e os objectivos de realização em 2003 e 2006, será efectuada nos Complementos de Programação em estreita concertação com a Comissão Europeia - concretizada através de um Grupo de Trabalho conjunto, *comum a todos os programas*, com as seguintes funções:

- Definir uma metodologia para especificar e quantificar os critérios relativos aos indicadores de eficácia e propor indicadores pertinentes;
- Assegurar a coerência entre estes critérios *nos* diferentes programas;
- Assegurar a validação final dos resultados da quantificação;
- Assegurar-se da inclusão dos indicadores correspondentes a estes critérios nos Relatórios Anuais de Execução *e proceder à análise dos progressos obtidos*;
- Propor indicadores adicionais de gestão e, de execução financeira.

As conclusões do Grupo de Trabalho conjunto *relativas à metodologia de especificação e quantificação dos indicadores* relativos aos critérios de eficácia serão disponibilizadas até 15 de Julho 2000.

Os critérios e indicadores de gestão e de execução financeira comuns a todos os Programas Operacionais e que de acordo com o Quadro Comunitário de Apoio devem constar dos Programas Operacionais, são os seguintes:

Critérios	Indicadores	Objectivos
Critérios comuns de gestão		
Qualidade do Sistema de Acompanhamento	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem em valor das Medidas para as quais se encontram dados completos disponíveis sobre a respectiva execução financeira e física. 	<ul style="list-style-type: none"> • Informação financeira o mais tardar 3 meses após a aprovação do PO:100% • Informação física a partir de 01.01.2001: 100%
Qualidade do Sistema de Controlo	<ul style="list-style-type: none"> • Montagem de um sistema de controlo financeiro, de acordo com as modalidades previstas no QCA e no Programa Operacional; • Percentagem das despesas dos Fundos Estruturais cobertas por auditorias financeiras e de gestão relativamente ao total da correspondente intervenção dos Fundos Estruturais. 	<ul style="list-style-type: none"> • até ao final de 2000; • igual ou superior a 5% a partir do final de 2000. (em relação ao custo total dos projectos aprovados no ano)
Qualidade dos Critérios de Selecção	Percentagem dos compromissos respeitantes a projectos seleccionados em função de critérios de selecção, objectivos e claramente identificados.	<ul style="list-style-type: none"> • 100% a partir do ano 2000.
Qualidade do Sistema de Avaliação	Relatórios de avaliação intercalar de qualidade adequado.	De acordo com as normas de qualidade predefinidas no Doc. de Trabalho 4 (Critérios MEANS): 100%
Critérios comuns de execução financeira		
Absorção dos Fundos Estruturais	Percentagem das despesas relativas aos Fundos Estruturais apresentadas e declaradas admissíveis anualmente à Comissão relativamente ao Plano Financeiro do Programa Operacional.	Atingir a 31.10.2003 um nível de pedidos de pagamentos de montante igual a 100% do montante inscrito no plano financeiro para 2000 e 2001 e 50% (em média) do montante inscrito para 2002 e 2003.
Critérios específicos de execução financeira		
Efeito de alavanca	Valor dos investimentos realizados em relação aos recursos públicos mobilizados.	A especificar Programas/Medidas

3. CIRCUITOS FINANCEIROS

As entidades responsáveis pela realização dos projectos aprovados apresentam ao Gestor do Programa Operacional Regional os pedidos de pagamento, juntando para o efeito os documentos justificativos da despesa efectuada e paga aos beneficiários finais. As Estruturas de Apoio Técnico verificarão a elegibilidade das despesas e a sua conformidade com o projecto aprovado.

Verificada a conformidade dos pedidos de pagamento, o Gestor do Programa Operacional Regional efectuará ou assegurará que sejam efectuados os pagamentos aos beneficiários finais, de acordo com as normas nacionais que vierem a ser definidas para o efeito.

O Gestor solicitará às autoridades de pagamento nacionais a transferência das contribuições comunitárias para uma conta específica, de acordo com as normas que vierem a ser estabelecidas, por forma a satisfazer os pedidos de pagamento dos beneficiários finais.

Compete às Autoridades de Pagamento nacionais, enquanto responsáveis pela gestão financeira dos Fundos Comunitários, desencadear os mecanismos necessários à transferência pela Comissão Europeia das contribuições comunitárias para o Estado português, nos termos dos regulamentos em vigor.

As autoridades de pagamento devem certificar que as declarações de despesas são exactas e assegurar-se de que provêm de sistemas de contabilidade baseados em documentos de prova passíveis de verificação.

Em conformidade com o Art. 32º do Regulamento CE nº 1260/99, as autoridades de pagamento deverão remeter anualmente as previsões de pedidos de pagamento a efectuar no ano em curso e no ano seguinte.

As autoridades de pagamento incumbem às entidades responsáveis pela gestão nacional dos fundos comunitários, no caso do FEDER à Direcção Geral do Desenvolvimento Regional - DGDR, (Rua de S. Julião, nº 63,1149-030 Lisboa, do FSE ao Instituto de Gestão do FSE (Rua Rosa Araújo, n.º 43,4º andar, 1250-149 Lisboa), e ao Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas - IFADAP (Av. João Crisostomo, nº11,1000 - 177 Lisboa) no caso do FEOGA-O e do IFOP, tal como está explicitado no decreto-lei 54A/2000, publicado no dia 7 de Abril, que institui a estrutura do QCAIII, e de acordo com o que ficou estabelecido no documento do QCAIII.

As contribuições comunitárias serão creditadas pelos serviços da Comissão Europeia directamente em contas bancárias específicas, criadas pelo Estado-Membro junto da Direcção Geral do Tesouro, e que corresponderão a cada uma das Autoridades de Pagamento de cada um dos Fundos Estruturais;

Cada Autoridade de Pagamento efectuará transferências directas, em regime de adiantamento ou de reembolso, para o Gestor de cada Programa Operacional, ou para entidades por ele designadas, no Programa Operacional ou no Complemento de Programação;

O Gestor do Programa Operacional autorizará a transferência dos montantes, após a confirmação dos comprovativos de despesa associados a cada pedido de pagamento, para os correspondentes Beneficiários Finais, entendidos na acepção do descrito na alínea l) do Artigo 9 do Regulamento (CE) nº 1260/99 do Conselho, de 21 de Junho. É assegurada a transmissão atempada às Autoridades de Pagamento de cada Fundo Estrutural das informações necessárias para o estabelecimento e actualização das previsões dos montantes dos pedidos de pagamento relativas a cada exercício orçamental.

A gestão dos programas assegura que os beneficiários finais recebem os montantes da participação dos Fundos a que têm direito no mais curto prazo possível.

Compete à autoridade de pagamento assegurar que os beneficiários finais receberão integralmente os montantes de contribuição dos Fundos Estruturais a que tenham direito. Nenhuma dedução, retenção ou encargo ulterior específico que tenha por efeito reduzir estes montantes pode ser efectuada (artigo 32º, nº1, último parágrafo, do Regulamento 1260/99).

4. CONTROLO FINANCEIRO

De acordo com o artigo 34º do Regulamento (CE) 1260/1999 do Conselho 21 Junho de 1999, a Autoridade de Gestão é responsável pela regularidade das operações co-financiadas e pela aplicação do sistema de controlo interno compatível com a boa gestão financeira, bem como pela análise e resposta às observações e pedidos de medidas correctivas apresentados pela Comissão Europeia ao abrigo do nº 4, primeiro parágrafo do artigo 38º, ou às recomendações de adaptação formuladas ao abrigo do nº 2 do artigo 34º do citado Regulamento.

O sistema de controlo dos fundos estruturais será organizado em três níveis:

- a) O controlo de primeiro nível tem a natureza de controlo interno constituindo, portanto, uma competência das autoridades de gestão. Compreende a fiscalização dos projectos nas suas componentes material, financeira e contabilística, quer nos locais de realização do investimento e das acções, quer junto das entidades que detêm os originais do processo técnico e documentos comprovativos de despesa. Estas competências deverão ser desempenhadas directamente, podendo ser subcontratadas empresas de auditoria ou outras, com capacidade de realizar as tarefas relativas ao controlo físico, financeiro e contabilístico dos projectos apoiados.

O controlo de primeiro nível será exercido pela Autoridade de Gestão, devendo *esta*, sempre que as situações se revestirem de maior complexidade, solicitar o apoio do organismo nacional responsável pelo Fundo em causa;

A Autoridade de Gestão deve assegurar a separação das funções de gestão da de controlo.

- b) O segundo nível dirige-se ao controlo externo sobre a gestão. Abrange a análise e avaliação do sistema de controlo de primeiro nível e, sempre que tal se mostre necessário para testar a eficácia deste, o controlo sobre as decisões tomadas pelos órgãos de gestão e o controlo sobre os beneficiários finais, bem como o controlo cruzado junto de outras entidades envolvidas, a fim de ter acesso às informações consideradas necessárias ao esclarecimento dos factos objecto de controlo. O controlo de segundo nível deverá ser exercido directamente pelos respectivos interlocutores nacionais dos Fundos Comunitários ou por organismos de controlo expressamente designados para o efeito, em estreita articulação com os departamentos competentes para o controlo no âmbito dos diversos Ministérios, sempre que respeite a áreas específicas de actuação destes. No âmbito do controlo das acções financiadas pelos Fundos Comunitários, poderá haver recurso a subcontratação de auditorias externas de natureza e com objectivos específicos;
- c) Controlo de alto nível, correspondente à coordenação global do sistema de controlo, cuja responsabilidade incumbirá à Inspecção Geral de Finanças, será concretizado através da articulação e coordenação das actividades desenvolvidas neste âmbito pelos diversos serviços e organismos que intervêm no sistema de controlo dos fundos estruturais, pela avaliação dos sistemas de gestão e controlo do primeiro e segundo níveis e pela interacção com as instituições comunitárias de controlo, designadamente, a comunicação das irregularidades detectadas pelo sistema de controlo aos serviços competentes da Comissão Europeia, nos termos regulamentares aplicáveis.

A Comissão Europeia, na sua qualidade de responsável pela boa execução do orçamento geral das Comunidades Europeias, certificar-se-á da existência e funcionamento fiável dos sistemas de gestão e controlo do Estado-Membro, nos termos do nº 2 do artigo 38º do Regulamento (CE) 1260/1999. Os serviços competentes da Comissão Europeia, em parceria com a Autoridade de Gestão do Quadro Comunitário de Apoio e o organismo responsável pela

coordenação global do sistema de controlo financeiro, efectuem um exame anual do funcionamento do sistema de controlo, antes do exame previsto no nº 2 do artigo 34º do citado Regulamento. A concretização da parceria referida no parágrafo anterior articula-se com a cooperação entre os serviços competentes da Comissão Europeia e o organismo nacional responsável pela coordenação global do sistema de controlo financeiro, no que respeita aos programas, metodologias e aplicação dos controlos, a fim de maximizar o seu efeito útil. As observações e eventuais medidas correctoras serão transmitidas à Autoridade de Gestão, de acordo com o disposto nos números 4,5, e 6 do artigo 38º do mesmo Regulamento.

Os serviços competentes da Comissão Europeia podem igualmente solicitar ao Estado-Membro que efectue controlos pontuais para verificar a regularidade de uma ou mais operações; nessas acções de controlo podem participar funcionários ou agentes da Comissão Europeia, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 38º do Regulamento (CE) nº 1260/1999.

Após verificação cabal, a Comissão Europeia pode decidir suspender a totalidade ou parte de um pagamento intermédio se verificar nas despesas em questão uma irregularidade grave que não tenha sido corrigida e para a qual se justifique uma acção imediata nos termos do disposto no nº 5 do artigo 38º do Regulamento (CE) nº 1260/1999, à qual se poderá seguir o procedimento previsto no artigo 39º do mesmo Regulamento se se verificarem os respectivos pressupostos. A Comissão Europeia informará o Estado-Membro das medidas a tomar e respectiva fundamentação, nos termos regulamentares aplicáveis.

Em conformidade com o disposto no nº 3 do artigo 39 do Regulamento (CE) nº 1260/1999, no caso de irregularidades graves, no termo do prazo fixado pela Comissão e na falta de acordo ou de correcções efectuadas pelo Estado-Membro, a Comissão Europeia pode decidir, no prazo de três meses e tendo em conta as eventuais observações do Estado-Membro, proceder às correcções financeiras necessárias suprimindo, parcial ou totalmente, a participação dos fundos estruturais na intervenção em causa.

Os juros gerados pelas contas bancárias através das quais são efectuados os pagamentos dos Fundos Estruturais devem ser orçamentados como receitas. A forma de contabilização dos juros deverá permitir um controlo suficiente por parte das autoridades nacionais e das instituições comunitárias. A utilização dos juros deve ser compatível com os objectivos das intervenções estruturais e deve ser submetida aos mecanismos de controlo específicos dos fundos públicos em Portugal.

As Autoridades de Gestão devem conservar durante um período de três anos subsequentes ao pagamento pela Comissão Europeia do saldo relativo a cada Programa Operacional, todos os elementos comprovativos relativos às respectivas despesas e controlos, em conformidade com o disposto no nº 6 do artigo 38º do Regulamento (CE) 1260/1999.

5. SISTEMA DE INFORMAÇÃO

De acordo com o artigo 34º do Regulamento (CE) nº 1260/99 do Conselho, de 21 de Junho de 1999, a autoridade de gestão é responsável pela criação e funcionamento de um dispositivo de recolha e tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos fiáveis sobre a execução do Programa Operacional da Região, visando apoiar a gestão, o acompanhamento e a avaliação.

O sistema de informação específico ao Programa, permitirá dar resposta ao mínimo comum definido nas orientações da Comissão (lista indicativa referida no artigo 36º do Regulamento 1260/99) e disponibilizará informação para a avaliação prevista nos artigos 42º e 43.

Este sistema de informação será dotado dos recursos humanos necessários à estabilidade e funcionamento do mesmo, sendo aqueles recursos sujeitos a acções de informação inicial e periódicas de actualização de conhecimentos, no sentido de assegurar a eficiência do sistema.

O sistema de informação electrónico do Programa Operacional da Região integrará o do Quadro Comunitário de Apoio e comportará os dados relativos aos Fundos Estruturais, tendo em consideração as suas características próprias. A compatibilidade e a transferência de dados entre o sistema nacional e os sistemas próprios de cada Fundo serão asseguradas independentemente das suas características próprias. O sistema permitirá a troca de dados informatizados com a Comissão Europeia segundo o modelo a adoptar para o QCA e restantes programas operacionais.

O Gestor fornecerá atempadamente informações actualizadas com dados físicos, financeiros fiáveis sobre a correspondente execução, formatadas de acordo com as exigências do sistema de informação do Quadro Comunitário de Apoio, visando apoiar a gestão, o acompanhamento e a avaliação.

Este sistema de informação integra dois níveis de acesso:

- um, que permite o acesso à **informação para gestão, acompanhamento, avaliação e controlo;**
- e, outro, de **informação para divulgação.**

O nível que integra e trata a informação necessária ao processo de tomada de decisão, ao acompanhamento, à avaliação e ao controlo, e providencia de forma casuística a informação previamente definida, permite nomeadamente:

- a) Garantir a actualidade e consolidação de toda a informação do Programa Operacional da Região e dos Fundos que o co-financiam, bem como a homogeneidade dos instrumentos ao dispor da unidade de gestão;
- b) Quantificar os indicadores considerados relevantes;
- c) Criar registos históricos;
- d) Disponibilizar informação do Programa em formato electrónico a todos os potenciais interessados;
- e) Adoptar predominantemente a “Internet” como veículo de comunicação;
- f) Fornecer a informação actualizada de apoio à gestão, ao acompanhamento e à avaliação do Programa;
- g) Integrar módulos de apoio à decisão.

A alimentação do sistema será feita ao nível do projecto.

A informação respeitante ao Programa será acessível a todos os potenciais interessados, com o objectivo de assegurar a maior universalização dos públicos-alvo usando, designadamente, a Internet.

A informação a disponibilizar será definida e tratada por perfis de utilização de acordo com interesses dos diferentes públicos-alvo, sendo facultada a informação aos interessados sem grandes exigências de requisitos tecnológicos.

O calendário das diferentes etapas de implementação do sistema de informação será discriminado no Complemento de Programação.

6. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE

A informação respeitante ao Programa Operacional será acessível a todos os potenciais interessados - desde a informação pública até à informação restrita para utilização pelos organismos ou serviços da Administração, pelos parceiros sociais, beneficiários finais e instituições comunitárias, visando

- garantir a transparência, informando o público-alvo (parceiros sociais, agentes económicos e potenciais beneficiários finais) sobre os Fundos Estruturais e correspondentes modalidades de aplicação;
- aumentar a visibilidade da acção comunitária, sensibilizando a opinião pública para o papel dos Fundos Estruturais no apoio ao desenvolvimento regional e coesão económica e social em Portugal.

Recorrer-se-á, para atingir esse objectivo, a todos os meios disponíveis - desde a escrita, utilizando a divulgação de “Newsletters”, desdobráveis, panfletos, etc. até à electrónica, com a produção de CDs e páginas na Internet, video-filmes, etc., designadamente em articulação com o sistema de informação.

A implementação das acções de Informação e Publicidade no âmbito do Programa Operacional, obedece a um “Plano de Comunicação” definindo os objectivos, estratégia, públicos-alvo, dotação orçamental prevista, organismo responsável pela sua execução e critérios de avaliação para as acções desenvolvidas. Este plano deverá ser transmitido à Comissão Europeia no complemento de programação.

No âmbito da gestão de cada programa será designado um responsável em matéria de Informação e Publicidade. A implementação das acções de Informação e Publicidade descritas atrás respeitarão o disposto no Regulamento (CE) 1159/2000 de 30/05/2000.

As referidas informações incluirão, em campo previsto no sistema de informação, a codificação solicitada pela Comissão Europeia (que integra o anexo do Vademecum respeitante aos instrumentos de Programação).

7. CONTRATOS PÚBLICOS

As acções ou medidas co-financiadas pelos Fundos Estruturais são executadas no respeito pelas normas comunitárias e nacionais em matéria de adjudicação de contratos públicos.

Os avisos enviados para publicação no jornal oficial das Comunidades Europeias apresentarão as referências dos projectos em relação aos quais tenha sido solicitada ou decidida a concessão de uma contribuição comunitária. Relativamente aos projectos incluídos nos Programas Operacionais cujo valor global seja superior aos limites fixados nas Directivas “Contratos Públicos” de fornecimentos (77/62/CEE, 88/295/CEE), de obras (71/305/CEE, 89/440/CEE) ou de serviços (92/50/CEE), o relatório da comissão de análise de propostas que suportam a decisão de adjudicação, será mantido à disposição da Comissão de Acompanhamento.

8. IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

A promoção da igualdade de oportunidades entre as mulheres e os homens corresponde a uma preocupação comunitária e nacional que assumiu expressão, quer no PDR, onde surgia como elemento essencial numa estratégia de desenvolvimento sustentável, quer no QCA, onde o princípio da igualdade era expressamente referido como elemento integrador das diferentes intervenções operacionais.

Assim, de acordo com as orientações assumidas pela Comissão Europeia na sequência dos princípios incluídos na Agenda 2000, são quatro os domínios prioritários de intervenção em matéria de igualdade de oportunidades.

- Melhoria do quadro de vida no sentido de responder mais eficazmente às necessidades das mulheres;
- Aumento da acessibilidade das mulheres ao mercado de emprego;
- Melhoria da situação das mulheres no emprego;
- Promoção da participação das mulheres na criação de actividades económicas.

Para cada um destes domínios, é possível identificar dois tipos de acções, correspondentes a dimensões estratégicas separadas que, em conjunto, conduzem à igualdade de oportunidades: a primeira abrange as intervenções destinadas a promover a equidade; a segunda as acções que visam a atenuação das desigualdades. As medidas que se incluem no âmbito desta segunda dimensão traduzem-se, geralmente, em acções positivas, enquanto que as primeiras devem, normalmente, assumir um carácter transversal aos vários domínios da acção política.

Pelo seu lado, neste âmbito, o QCA definia como objectivo global a melhoria do quadro de vida da mulher através do reforço da sua participação na vida económica e designadamente por intermédio de acções dirigidas à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e da promoção do acesso da mulher ao mercado de trabalho e a melhoria da sua situação profissional. Ao mesmo tempo, o QCA definia um conjunto de medidas dirigido a facilitar o acesso das mulheres aos fundos estruturais, entre os quais se destacava a integração das associações femininas na parceria e a sua participação no processo de decisão, a definição de recursos financeiros afectos à promoção da igualdade e acções de formação e sensibilização dirigidas à administração pública e ao público em geral.

Por outro lado, em cada Programa Operacional do Quadro, devem ser indicadas não só as medidas específicas que visem promover a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, como ainda a forma como esta dimensão horizontal da acção comunitária é tida em conta na execução dos diferentes eixos prioritários e medidas.

Naturalmente, os programas operacionais do QCA assentam a sua estratégia de intervenção na definição de objectivos centrais específicos de intervenção, de carácter regional ou sectorial. Pode consequentemente acontecer que não seja possível, nem sequer aconselhável, prever em todos eles medidas específicas em favor da igualdade entre os sexos. Nestes casos, contudo, a necessidade de prever mecanismos e procedimentos que assegurem a consideração da dimensão da igualdade de oportunidades nas fases de selecção, acompanhamento, controlo e avaliação dos projectos adquire uma importância especial, devendo tais procedimentos contribuir, designadamente, para eliminar as barreiras ao acesso aos programas operacionais resultantes de qualquer tipo de discriminação sexual.

Nesta perspectiva, ganha particular relevo, na fase de selecção, a identificação dos projectos de acordo com os seus efeitos esperados quanto à igualdade de oportunidades (efeitos positivos, neutros ou negativos). Sempre que possível esses efeitos devem ser referidos de modo a permitir, em sede própria de acompanhamento e avaliação, as correcções necessárias (no caso de se constatarem resultados negativos) e a eventual divulgação de boas práticas (no caso contrário). Estes elementos relativos aos diversos projectos serão retomados no sistema de informação global do QCA e nos sistemas de informação específicos de cada Fundo Estrutural, por forma a permitir acompanhar a contribuição positiva ou negativa dos diferentes programas comunitários para a melhoria da situação em matéria de igualdade de oportunidades.

O Grupo de Trabalho Temático sobre Igualdade de Oportunidades, que desenvolve as suas actividades junto da Comissão de Acompanhamento do QCA III, contribuirá para a definição duma estratégia precisa neste domínio, aplicável ao conjunto do Quadro, desenvolvendo nomeadamente indicadores de impacto e resultado que possam ser aplicados em cada intervenção operacional, de forma adequada aos seus objectivos específicos e às particularidades das acções prosseguidas.

9. PROTECÇÃO DO AMBIENTE E APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR

As Autoridades Portuguesas tomarão as medidas apropriadas para ter em conta a aplicação do princípio poluidor-pagador durante o período de programação, e informarão a Comissão Europeia das medidas tomadas para a aplicação progressiva daquele princípio antes da avaliação intercalar.

Compatibilidade com a política de Ambiente

As acções co-financiadas pelos Fundos Estruturais devem ser coerentes com os princípios e objectivos do desenvolvimento sustentável e da protecção e melhoria do ambiente referidos no tratado e concretizados no programa comunitário de política e acção em matéria de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, referido na resolução do Conselho de 1992.

As acções co-financiadas pelos Fundos Estruturais devem respeitar igualmente a legislação comunitária em matéria de ambiente.

O Estado membro dará a garantia formal que não deixará deteriorar os sítios a proteger ao título da rede Natura 2000 aquando da realização das intervenções cofinanciadas pelos Fundos Estruturais. Compromete-se igualmente, a fornecer à Comissão Europeia no momento da apresentação do Complemento de Programação as informações sobre as medidas tomadas para evitar a deterioração dos Sítios Natura 2000 afectados pela intervenção.

Papel das Autoridades Públicas Ambientais

As autoridades ambientais são associadas à execução do Programa Operacional do Algarve, contribuindo nomeadamente:

- na definição dos objectivos e metas ambientais e de sustentabilidade para todos os eixos prioritários de desenvolvimento do Programa;
- na definição da estratégia, do programa e das medidas específicas no domínio do ambiente;
- na definição de indicadores ambientais e de sustentabilidade.

As autoridades públicas ambientais participarão ainda na definição das normas e dos procedimentos de execução para os eixos prioritários, incluindo a colaboração com as autoridades responsáveis na determinação dos critérios de elegibilidade e de selecção de projectos.

As autoridades públicas ambientais estarão representadas no grupo técnico de avaliação do QCA.

Durante a execução das acções previstas no programa, estas autoridades serão associadas a quatro níveis:

- 1) Serão responsáveis pela aplicação da política e legislação comunitária e nacional em vigor no domínio do ambiente, sendo igualmente chamadas a emitir o seu parecer sobre os projectos de investimento no âmbito do processo de avaliação de impacte ambiental;
- 2) Participam nas Unidades de Gestão dos seguintes Programas Operacionais: Agricultura, Pesca, Economia, Transportes, Ambiente e Programas Operacionais Regionais do Continente;
- 3) Participam nas Comissões de Acompanhamento dos Programas Operacionais, quando não integrem a Unidade de Gestão;
- 4) Participação activa no Grupo de Trabalho “Ambiente” a constituir na Comissão de Acompanhamento do QCA.

10. POLÍTICA DE CONCORRÊNCIA E REGIME

Regime de ajudas

Respeito pelas regras comunitárias em matéria de concorrência no domínio das ajudas de estado

Programa Operacional Regional Algarve

Referência da Medida (cod. e designação)	Título do Regime de ajudas ou da ajuda (1)	Número do regime de ajuda (2)	Referência da carta de aprovação (2)	Duração de Regime (2)
1.1. Infra-estruturas de requalificação territorial	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do tratado, foi acordado para esta Medida			
1.2. Equipamentos colectivos	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do tratado, foi acordado para esta Medida			
1.3. Recursos humanos	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do tratado, foi acordado para esta Medida			
1.4. Acções específicas de valorização territorial	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do tratado, foi acordado para esta Medida			
1.5. Bonificação de juros em linhas de crédito ao investimento autárquico	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do tratado, foi acordado para esta Medida			
2.1. Acção integrada de revitalização de áreas de baixa densidade	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do tratado, foi acordado para esta Medida			
2.2. Acção integrada de qualificação e competitividade das cidades - componente territorial	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do tratado, foi acordado para esta Medida			

Programa Operacional Regional Algarve

(continuação)

Referência da Medida (cod. e designação)	Título do Regime de ajudas ou da ajuda (1)	Número do regime de ajuda (2)	Referência da carta de aprovação (2)	Duração de Regime (2)
2.3. Acção integrada de qualificação e competitividade das cidades - componente empregabilidade	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do tratado, foi acordado para esta Medida			
2.4. Recursos humanos	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do tratado, foi acordado para esta Medida			
3.1. Infra-estruturas da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do tratado, foi acordado para esta Medida			
3.2. Ensino profissional	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do tratado, foi acordado para esta Medida			
3.3. Promoção da empregabilidade e do emprego ao nível local	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do tratado, foi acordado para esta Medida (*)			
3.4. Apoio ao investimento no desenvolvimento local	As ajudas de estado concedidas por esta Medida serão compatíveis com a regra de de minimis			
3.5. Ciência, tecnologia e inovação	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do tratado, foi acordado para esta Medida			
3.6. Sociedade da informação (FEDER)	Os apoios a conceder a empresas no âmbito desta medida p/ a prod. de conteúdos ou p/ estímulo do comércio electrónico, serão compatíveis c/ a regra de “de minimis”			De 01/01/2000 Até 31/12/2006

Programa Operacional Regional Algarve

(continuação)

Referência da Medida (cod. e designação)	Título do Regime de ajudas ou da ajuda (1)	Número do regime de ajuda (2)	Referência da carta de aprovação (2)	Duração de Regime (2)
3.7. Sociedade da informação (FSE)	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do tratado, foi acordado para esta Medida			
3.8. Saúde	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do tratado, foi acordado para esta Medida			
3.9. Cultura	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do tratado, foi acordado para esta Medida			
3.10. Desporto	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do tratado, foi acordado para esta Medida			
3.11. Agricultura e desenvolvimento rural	Não aplicável, segundo o regulamento FEOGA.			
3.12. Pescas (FEDER)	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do tratado, foi acordado para esta Medida			
3.13. Pescas (IFOP)	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do tratado, foi acordado para esta Medida			
3.14. Economia	PITER - Progr.Integrados Turístic. de Natureza Estruturante e Base Regional	Auxílio Estatál Nº 124/2000		De 01/01/2000 Até 31/12/2006
3.15. Acessibilidades e transportes	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do tratado, foi acordado para esta Medida			

Programa Operacional Regional Algarve

(continuação)

Referência da Medida (cod. e designação)	Título do Regime de ajudas ou da ajuda (1)	Número do regime de ajuda (2)	Referência da carta de aprovação (2)	Duração de Regime (2)
3.16. Ambiente	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do tratado, foi acordado para esta Medida			
3.17. Assistência técnica - FEDER	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do tratado, foi acordado para esta Medida			
3.18. Assistência técnica - FSE	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do art. 87.1 do tratado, foi acordado para esta Medida			
3.19. Assistência técnica - FEOGA	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do art. 87.1 do tratado, foi acordado para esta Medida			

Nota: A autoridade de gestão, de acordo com o disposto na alínea g) do 1º parágrafo do artigo 34º, deve manter actualizado este quadro e informar a Comissão, aquando da apresentação dos complementos de Programação, de todas as modificações existentes. A introdução de novos regimes de ajudas implica uma modificação da decisão Comissão, relativa à intervenção. O artigo 4º da decisão da Comissão relativa a cada Programa (cláusula suspensiva relativa às ajudas de Estado) aplica-se às medidas que beneficiem de regimes de ajudas de Estado que são submetidas a medidas adequadas, ou que não tenham sido aprovadas. Actualmente, este aspecto aplica-se à medida Economia.

(*) Inclui um regime de ajudas compatíveis com a regra de “de minimis”, relativa ao apoio à criação de emprego em iniciativas locais.



VI - AVALIAÇÃO EX-ANTE

A avaliação ex-ante a seguir descrita é baseada na primeira versão programa operacional apresentada à Comissão Europeia em Novembro de 1999. A estrutura de medidas evoluiu com o desenvolvimento das negociações, podendo não existir coincidência exacta no número ou na sua designação.

1. DESAFIOS PARA A REGIÃO - visão de síntese

As opções de fundo que estruturam a formulação de objectivos estratégicos e de objectivos gerais do Programa Operacional Integrado do Algarve (PROALGARVE) para o período 2000-2006, introduzem níveis de ruptura assumida com algumas das linhas de força das políticas de desenvolvimento e ordenamento da Região que deram consistência aos períodos anteriores de programação dos fundos estruturais.

Nesta perspectiva, importa: proceder a um balanço sintético dos resultados alcançados no passado; identificar o quadro actual de vantagens/desvantagens regionais vs. factores de mudança e desafios; e contextualizar as intervenções propostas à luz da experiência passada e dos desafios que se perspectivam.

1.1. Evolução recente e resultados alcançados

A evolução da estrutura económica regional nas últimas décadas acentuou em definitivo o perfil de especialização do Algarve, sob o impulso das tendências pesadas de expansão das actividades turísticas e imobiliárias. Esta expansão obedeceu a um padrão de crescimento com reflexos sobre a polarização do emprego e do produto nestas actividades, mas com reflexos também na ocupação do território, fortemente marcada pelo alastramento das zonas de ocupação turística, concentradas no litoral.

As intenções de diversificação das actividades económicas e de (re)equilíbrio do modelo de organização do território, patentes em diversos documentos de estratégia de desenvolvimento e ordenamento para a Região publicados na década de noventa, revelaram-se inconsequentes face às dinâmicas de evolução 'impostas' pelos modelos de exploração turística e de ocupação territorial, num contexto em que as funções de regulação (em matéria de fluxos de investimento público e de ordenamento do território) viram dificultada a eficácia das suas missões.

Nesta última dimensão (*exercício insatisfatório da função reguladora*) são de destacar: a não concretização de um número significativo de infraestruturas em matéria de acessibilidades e ambiente; a insuficiência dos investimentos na melhoria da qualidade e na diversificação da oferta turística; a insuficiente territorialização das medidas dos programas sectoriais nacionais; e as dificuldades de coordenação regional das actuações das tutelas sectoriais.

Não obstante as insuficiências assinaladas, a análise das tendências de investimento co-financiado pelas intervenções estruturais na última década revela níveis elevados de absorção de recursos por parte das entidades beneficiárias, com destaque para:

- a relevância dos investimentos no Ambiente (abastecimento de água, tratamento de águas residuais, resíduos sólidos urbanos,...), com forte crescimento da participação financeira, originária do Fundo de Coesão, a qual teve reflexos no comportamento das taxas de cobertura nestes serviços básicos entre 1990 e 1997 (abastecimento de água de 82 para 88%; drenagem de águas residuais, de 76 para 81%; tratamento de águas residuais, de 37 para 64%; recolha de resíduos sólidos urbanos, de 87 para 98%);
- o reforço dos investimentos em equipamentos de interesse colectivo com saliência para a saúde (9,2 milhões de contos no período 1994/99, com a construção de diversos centros de saúde e do Hospital de Barlavento) e para a educação e formação (expansão da rede escolar básica e secundária, consolidação do projecto da Universidade do Algarve - componentes superior universitário e politécnico -, construção e equipamento do Centro de Formação Profissional de Faro e novas instalações da Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve);

- a atribuição de elevada prioridade de intervenção aos investimentos na renovação urbana (qualificação das zonas ribeirinhas, renovação de eixos viários urbanos, recuperação de equipamentos colectivos e reconstrução de edifícios com interesse patrimonial), traduzida num elevado crescimento absoluto do investimento no período 1994/99, que se fixou em mais de oito milhões de contos na vigência do QCA II.

A vigência do actual QCA marca, todavia, uma quebra no ritmo de investimento nas acessibilidades reduzindo de forma acentuada os contributos do investimento público para a correcção da perifericidade da Região no espaço nacional, ibérico e europeu, designadamente protelando a concretização das ligações integradas das redes transeuropeias (p. e., ligações rodoviárias, modernização e coordenação das infraestruturas ferroviárias).

Trata-se de atrasos que penalizam, tanto no imediato como sobretudo a médio/longo prazo, os argumentos competitivos da Região na assumpção de um papel mais ambicioso no processo de integração internacional do país, aconselhando a uma redefinição de prioridades de investimento no próximo período de programação dos fundos estruturais.

Investimentos com comparticipação FEDER e Fundo de Coesão (s/ sistemas de incentivos) no Algarve entre o QCA I e o QCA II

Domínios de Intervenção	QCA I (89-93) ^(a)		QCA II (94-98) ^(b)		Variação	
	Contos	%	Contos	%	Contos	%
Ambiente	19.058.164	25,4	78.677.217	58,9	+59.619.053	+ 312,8
Acessibilidades	40.649.947	54,0	14.117.528	10,6	-26.532.419	- 65,3
Equip. de Interesse Colectivo	8.059.700	10,7	22.201.694	16,6	+14.141.994	+ 175,5
Renovação Urbana	347.397	0,5	5.481.834	4,1	+ 5.134.437	+1477,9
Sectores Produtivos	1.537.105	2,0	3.283.080	2,5	+ 1.745.975	+113,5
Outros	5.597.286	7,4	9.778.881	7,3	+ 4.181.595	+ 74,7
Investimento Total	75.249.599	100,0	133.540.234	100,0	+58.290.635	+ 77,4

(a) Investimento contabilizado; (b) Investimento aprovado.
Dados actualizados a 31/12/98, incluindo Fundo de Coesão e Interreg I e II.
Fontes: CCRAlgarve e DGDR.

1.2. Quadro actual de vantagens e desvantagens regionais vs. factores de mudança e desafios

O documento de Estratégia para a Região do Algarve, que constituiu o instrumento de suporte às opções de programação regional constantes do PROALGARVE, realizou um exercício algo inovador de reconstrução da tradicional análise *SWOT*. Esse exercício assenta em torno de um conjunto de dimensões analíticas (Desvantagens/Vantagens vs. Factores de mudança/Desafios) que são explicitadas face ao perfil de recursos, competências e dinâmicas territoriais de modo a permitir traçar uma visão estratégica para a Região no horizonte 2000-2006.

O Diagrama seguinte apresenta uma versão simplificada e reconstruída do referido exercício destacando, nomeadamente, as *desvantagens em afirmação* (condições insatisfatórias para responder a novas tendências) e as *vantagens em construção* (associadas à consolidação gradual das diversas frentes de investimento em fase de produção de efeitos).

Esta opção analítica permite de alguma forma enfatizar a ideia segundo a qual o próximo período de programação deve **aliar uma componente de continuidade de investimentos anteriores a componentes que respondam aos factores de mudança e aos novos desafios**.

Diagrama-síntese das vantagens e desvantagens regionais vs. factores de mudança e desafios

<p style="text-align: center;">(Desvantagens em afirmação)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concorrência crescente de novos destinos turísticos; • Padrão de ocupação do Litoral gerador de desequilíbrios ambientais e desqualificação urbana; • Pressão crescente dos operadores imobiliários para alargar usos turísticos a áreas urbanas não abrangidas; • Integração insatisfatória das funções habitação/comércio/animação em diversas zonas do território; • Baixos níveis de contratualização para a execução de projectos e iniciativas estruturantes entre entidades públicas, associativas e agentes privados. 	<p style="text-align: center;">(Vantagens em construção)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Níveis de cobertura e atendimento ambiental superiores à média nacional; • Elevados níveis de cobertura da rede de infra-estruturas nos domínios da educação e da saúde; • Conclusão, a médio prazo, da rede rodoviária inter-regional e intra-regional; • Aumento da oferta de serviços especializados às empresas; • Capacidade de investigação aplicada e de valorização económica ligadas ao perfil de recursos agro-florestais, marinhos e de energias renováveis; • Capacidade de interconexão intra e inter-regional, ibérica e europeia; • Reabilitação de espaços urbanos e preservação de aldeias rurais.
<p style="text-align: center;">(Factores de Risco e de Mudança)</p> <p>(a) Integração Social e Territorial (p.e., alargamento do peso relativo dos idosos; mudanças dos perfis de competências de importantes segmentos da população activa; crescimento gradual dos grupos sociais em situação de desfavorecimento; risco de aprofundamento dos desequilíbrios entre a faixa litoral e os aglomerados de menor dimensão e aldeias rurais).</p> <p>(b) Globalização (p.e., alargamento do mercado interno europeu e reforço da mobilidade dos fluxos turísticos, em resultado da introdução do Euro; redução gradual das ofertas turísticas sem qualidade e capacidade diferenciadora face aos mercados turísticos emergentes; riscos de acentuação da dependência do Algarve no espaço nacional e ibérico).</p>	<p style="text-align: center;">(Desafios)</p> <p>(a) Integração Social e Territorial (p.e., desenvolvimento da oferta de equipamentos sociais a nível urbano e nos meios rurais, apostando em soluções flexíveis e em recursos humanos Qualificados; pressão sobre os sub-sistemas de formação escolar e profissional; formação ao longo da vida/ renovação de competências; reforço das solidariedades territoriais com base na melhoria das acessibilidades, no ordenamento agro-florestal e na consolidação de redes de equipamentos e serviços colectivos).</p> <p>(b) Globalização (p.e., reforço dos mecanismos de concorrência obrigando a estabelecer acordos de cooperação entre operadores; desenvolvimento de uma oferta turística que associe aos pólos de especialização actuais, os vectores do património natural e construído e da animação e do lazer; afirmação do sistema urbano regional em torno de dois polígonos polarizados por Faro e Portimão, com fixação de recursos e equipamentos geradores de adequadas massas críticas para a atracção de fluxos de investimento).</p>

No diagnóstico que integra a Introdução da Proposta de PROALGARVE, a maior parte das dimensões destacadas neste sistema de quadrantes, encontra-se presente. No entanto, seria desejável uma maior integração e selectividade desse documento de modo a facilitar uma maior evidenciação de necessidades prioritárias, em relação às quais se concebem os eixos estratégicos e se estruturam as intervenções.

Um exemplo desse esforço de integração poderia consistir em equacionar a problemática das disparidades intra-regionais Litoral/Serra, com recurso a indicadores-síntese ou a referências de natureza qualitativa que remetam para uma visão da situação de partida em termos de integração territorial. Recorde-se que este é um vector que surge como *leit-motiv* na formulação de objectivos gerais e operacionais (cf. capítulo “Objectivos e Estratégia de Desenvolvimento”), bem como no desenho do modelo territorial de desenvolvimento proposto e amplamente validado na fase de preparação e discussão pública da Estratégia de Desenvolvimento Regional.

A referida componente de diagnóstico embora aborde de passagem - sob o título ‘Absorção de Recursos’ - a utilização dos fundos estruturais, poderia ter enriquecido essa análise na base de um balanço sistemático dos resultados e efeitos associados a essa utilização cuja relevância na concretização das opções de investimento para a Região desde 1989 surge evidenciada no ponto 1.1. desta Avaliação ‘ex-ante’, num registo que remete para a existência de nexos de continuidade e de mudança na última década.

1.3. Prioridades de Intervenção e experiência anterior

A elevada contributividade dos fundos estruturais para o financiamento do desenvolvimento regional (via QCA e Fundo de Coesão, nomeadamente) sugere uma análise de **coerência retrospectiva** que permita identificar os principais traços de evolução das estratégias de mobilização de recursos de financiamento comunitário.

O quadro seguinte compara os objectivos gerais de desenvolvimento que estruturam o actual Programa Regional (PROA) e a Proposta do PROALGARVE.

A relativa densidade de preenchimento do Quadro apontaria para um perfil de continuidade acentuado entre os dois Programas em matéria de objectivos. No entanto, as diferenças são significativas na medida em que, no Programa actualmente em vigor, predomina uma formulação de carácter genérico das prioridades de desenvolvimento, enquanto que na Proposta actual as opções assumem um perfil mais explícito, nomeadamente na aproximação a domínios concretos de intervenção, que delimitam os campos de actuação dos objectivos operacionais formulados.

Formulação de Objectivos Gerais dos Programas Operacionais Regionais
(1994/99; 2000/06)

1994/99 (PROA)	2000/06 (PROALGARVE - Proposta)
A. Promover o desenvolvimento local e a melhoria das condições das populações	Dinamizar o aproveitamento dos recursos produtivos regionais
B. Promover o desenvolvimento equilibrado e articulado do território regional	Qualificar o território e o ambiente Assegurar a Integração Territorial e a Coesão Social
C. Contribuir para o fortalecimento da base económica	Assumir a especialização nas actividades de Turismo/Lazer Alargar o complexo de actividades em torno do Turismo/Lazer Valorizar os recursos humanos e as competências regionais

A evolução qualitativa assinalada adquire maior relevância nos seguintes vectores:

- a) *Afirmação de opções no domínio da competitividade económica e territorial.* Neste domínio evoluiu-se de um conceito vago e generalista de base económica e territorial, de contornos amplos e diversificado em matéria de actividades, para um conceito em que se explicitam opções ligadas a um complexo de actividades (Turismo/Lazer), encarado numa óptica de especialização e de aprofundamento de cadeia de valor das actividades turísticas.
- b) *Opção pela qualificação dos sistemas e redes.* Neste domínio procura-se dar sinais claros às entidades beneficiárias/agentes regionais de que, a par do investimento infraestrutural para completar intervenções sucessivamente adiadas (acessibilidades, equipamentos estruturantes no domínio urbano, sistemas ambientais, fecho de redes primárias...), se atribui prioridade a intervenções na óptica da qualidade e do ordenamento (qualidade ambiental, renovação do sistema urbano, ordenamento de infraestruturas produtivas,...). Na vertente do ambiente e recursos naturais, trata-se de uma filosofia de abordagem que se aproxima significativamente do conceito de sistema integrado à semelhança do “ciclo da água” e que norteia as opções estratégicas das políticas nacionais
- c) *A associação aos vectores da estratégia de dimensões de natureza imaterial.* Exemplo desta evolução qualitativa são a criação de competências regionais (valorização dos recursos humanos e investimento em ciência, tecnologia e inovação) e a relação virtuosa entre integração territorial e coesão social (procurando ligar as preocupações na esfera da integração social e económica, a uma visão que valoriza os recursos do território).

Em *síntese*, a Proposta do PROALGARVE: (i) por um lado, assegura *elementos de continuidade* no investimento infraestrutural para a superação de debilidades, procurando potenciar as oportunidades de um último período de programação de fundos estruturais com o estatuto de Região Objectivo 1; e (ii) por outro lado, introduz *elementos de ruptura* assumindo caminhos exigentes de afirmação de capacidades competitivas, num contexto de concorrência acrescida e complexa, procurando, simultaneamente, não descuidar as necessidades da coesão económica e social.

Esta última vertente encerra, no plano das intervenções propostas e face à experiência passada, o maior desafio para a Região. Com efeito, trata-se de, em simultâneo, realizar ganhos consistentes de produtividade no terreno da economia e actividades empresariais e de consolidar relações de solidariedade entre o litoral e os restantes territórios da Região. Ou seja, trata-se de inverter um ciclo continuado de perda de capacidade competitiva das actividades e formas de ocupação dos activos num quadro de concentração territorial, em favor do enriquecimento e diversificação das funções desempenhadas pela Região, mobilizando as diversas parcelas do território algarvio.

2. RACIONALIDADE E COERÊNCIA DA ESTRATÉGIA

2.1. Análise da Oportunidade e Relevância da Estratégia proposta

Os elementos de diagnóstico disponíveis e consensualizados com os actores regionais na fase de preparação da Proposta do PROALGARVE, apontam para um conjunto de dimensões-problema que condicionam a formulação dos vectores estratégicos de desenvolvimento e naturalmente as propostas de operacionalização e de eixos prioritários da estratégia regional. De entre essas dimensões-problema salientam-se:

- *(no domínio do modelo territorial)* - a inexistência de um centro urbano regional dotado de dimensão crítica demográfica, funcional e económica; uma ocupação do território desqualificada e geradora de desequilíbrios ambientais; a integração urbana insatisfatória, tanto em termos de compatibilidade funcional, como em termos de articulação entre pólos do sistema urbano regional.
- *(no domínio económico)* - a crescente concorrência dos novos destinos turísticos aliada a políticas de redução agressiva das tarifas do transporte aéreo; a forte sazonalidade das actividades turísticas e dos fluxos

de emprego; a incapacidade da base de rendimento regional e do poder aquisitivo dos fluxos predominantes da procura turística para alimentar e consolidar dinamismos económicos e empresariais de raiz regional;

- *(no domínio do mercado de trabalho)* - o empobrecimento do emprego ligado à baixa tecnicidade dos postos de trabalho, ao deficiente enquadramento e perspectivas de carreira da população empregada, num contexto de fragmentação acentuada do tecido empresarial; os baixos níveis de qualificação dos activos; a deficiente capacidade de ajustamento da oferta de qualificações regionais a perfis da procura mais exigentes (quadros médios, profissões de enquadramento, etc.);
- *(no domínio da infraestruturação para o desenvolvimento)* - a debilidade das infraestruturas de apoio às actividades económicas mais centradas na oferta de solo, com problemas de ordenamento, e menos orientadas para os novos factores de atractividade (equipamentos, serviços, meio envolvente,...); os sobrecustos resultantes da necessidade de dimensionar infraestruturas e equipamentos urbanos para volumes de utentes muito superiores à população residente;
- *(no domínio da integração económica)* - a localização periférica, indutora de maiores desafios centrados no aprofundamento da base económica transfronteiriça e no lançamento e conclusão das acessibilidades estruturantes da relação do Algarve com os centros de investimento/rendimento/consumo, nacionais e estrangeiros.

Partindo de dimensões-problema e desafios explícitos que se colocam à Região no horizonte da programação dos fundos estruturais, a Proposta enuncia dois objectivos estratégicos de desenvolvimento fortemente articulados entre si:

- um vector estratégico orientado para a capacidade competitiva e a afirmação internacional da Região assente no complexo de actividades do Turismo/Lazer, actividades com potencial específico que articulam, em simultâneo, a integração no mercado mundial e o desenvolvimento em direcção às actividades tradicionais e a novas oportunidades de alargamento da cadeia de valor das actividades económicas regionais;
- um vector estratégico orientador de intervenções que visem melhorar gradualmente as condições de competitividade do Algarve, enquanto instrumentos de suporte e de qualificação da estratégia regional.

Este vector que, como se verá na análise de coerência interna, concentra grande parte das actuações e investimentos do PROALGARVE, assenta numa visão inovadora que associa à estratégia regional os recursos-tipo que constituem a riqueza da Região:

- por um lado, os *recursos humanos* e as *competências regionais*, conceito lato que abrange os sub-sistemas educação/formação e ciência e tecnologia, com equipamentos e valências regionais relevantes;
- por outro lado, o *território e o ambiente*, recursos que são elevados à condição de factor de competitividade regional e de qualidade de vida dos residentes.

A matriz seguinte reflecte a existência de um elevado grau de integração entre o perfil de objectivos e os domínios de intervenção prioritária, a par de uma combinação de actuações que induzem desafios dirigidos aos diferentes actores regionais. Neste aspecto é de salientar, nomeadamente a existência de um domínio de intervenção (Espaços Rurais, Valores Naturais e Biodiversidade) com preocupações e perfis de intervenção tradicionalmente arredados da programação do desenvolvimento regional. A relevância para a estratégia regional dos recursos **território e ambiente** justifica, todavia, a sua inclusão como domínio-chave de intervenção com reflexos na formulação dos objectivos operacionais.

Para além do grau de integração referido é, ainda, de destacar que os objectivos gerais que detalham os dois objectivos estratégicos/vectores da estratégia regional reforçam a oportunidade e relevância da estratégia propos-

Matriz de ligação entre vectores da Estratégia Regional/Objectivos Gerais de Desenvolvimento e Domínios de Intervenção

Vectores da Estratégia Regional/Objectivos Gerais	Domínios de Intervenção	Educação/ Formação/ Inovação (*)	Infraestruturas de Base (Acessibilidades, Ambiente e Apoio às actividades económicas)	Espaços Rurais, Valores Naturais e Biodiversidade	Espaços Urbanos e Equipamentos colectivos, sociais e culturais
A. AFIRMAR A COMPETITIVIDADE ECONÓMICA E REGIONAL					
A1. Assumir a especialização nas actividades do turismo/lazer					
A2. Alargar o complexo de actividades em torno do turismo/lazer					
A3. Dinamizar o aproveitamento de recursos produtivos regionais					
B. CONSTRUIR AS CONDIÇÕES DE COMPETITIVIDADE REGIONAL					
B1. Valorizar os Recursos Humanos e as Competências Regionais					
Qualificar o território e o Ambiente					
B3. Assegurar a Integração Territorial e a Coesão Social					

(*) Os documentos objecto de avaliação identificam explicitamente três domínios materiais de intervenção (três últimas colunas). No entanto, é latente em toda a documentação a presença implícita e muito intensa das actuações em matéria de criação/fixação de competências. A inclusão desta dimensão de análise amplia significativamente a racionalidade de toda a Proposta.

	Ligação forte		Ligação média		Sem ligação
--	---------------	--	---------------	--	-------------

ta, sobretudo na perspectiva da resposta às dimensões problema acima assinalados. O quadro seguinte pretende justamente evidenciar essa relação intensa entre, por um lado, um conjunto de necessidades prioritárias que cruzam domínios deficitários que caracterizam a situação de partida, a par de desafios maiores para a Região no horizonte da próxima década, com, por outro lado, a formulação de objectivos gerais de desenvolvimento que detalham a estratégia regional.

Na perspectiva da avaliação ex-ante, sendo reconhecida a oportunidade e relevância das apostas estratégicas regionais, importa não menosprezar que estas apostas têm como pressuposto um comportamento favorável dos segmentos da procura turística atraíveis por um “produto Algarve”. Um produto em recomposição activa, em direcção a vectores de diversificação (natureza, cultura, animação, desporto e lazer,...) que tradicionalmente são procurados por turistas/visitantes com maior capacidade aquisitiva.

Em segundo lugar, a assumpção pelo Algarve de um papel de capital turística europeia e mundial, implica um salto qualitativo muito exigente: no plano da **capacidade empresarial** (maior eficiência na gestão e na fixação de competências a todos os níveis); no plano dos **serviços de apoio às empresas** (comunicações, logística, manuten-

Síntese da relação dimensões-problema/necessidades prioritárias vs. objectivos gerais de desenvolvimento

Dimensões-Problema/Necessidades Prioritárias	Objectivos gerais de desenvolvimento
<ul style="list-style-type: none"> Concorrência de novos destinos turísticos/sazonalidade das actividades turísticas 	A1. Assumir a especialização nas actividades do turismo/lazer
<ul style="list-style-type: none"> Atracção de novos segmentos da procura turística/Alargamento da cadeia de valor da estrutura económica regional 	A2. Alargar o complexo de actividades em torno do turismo/lazer
<ul style="list-style-type: none"> Valorização de recursos naturais com capacidade diferenciadora/Défi ce de serviços de apoio à actividade económica 	A3. Dinamizar o aproveitamento de recursos produtivos regionais
<ul style="list-style-type: none"> Défi ce de competências orientadas para o reforço da capacidade competitiva actual e futura das empresas e organizações regionais 	B1. Valorizar os Recursos Humanos e as Competências Regionais
<ul style="list-style-type: none"> Elementos de degradação urbano-ambiental/Insuficiente integração funcional/Desarticulação do sistema urbano/Atrasos na conclusão de acessibilidades importantes 	B2. Qualificar o território e o Ambiente
<ul style="list-style-type: none"> Revitalização dos espaços rurais/Integração económica e social 	B3. Assegurar a Integração Territorial e a Coesão Social

ção, qualidade, organização, etc.); e no plano do **modelo territorial** (p. e., requalificação das áreas urbanas e dos espaços litorais, revitalização das relações entre o Litoral, o Barrocal e a Serra, fecho de redes viárias, de saneamento, etc., reordenamento de actividades e formas de ocupação). Mas o salto qualitativo nestes planos implica, também, uma articulação virtuosa (de que o passado não oferece sinais animadores) entre **iniciativas empresariais** (capacidade concorrencial, eficiência de gestão) e **iniciativas institucionais** (de regulação da actividade, de ordenamento, de formação profissional,...).

Relativamente a alguns destes aspectos, identificados como dimensões-problema e factores de risco, a situação regional não se afasta sensivelmente de cenários comuns a outras regiões. O problema que está colocado no Algarve, face ao perfil de recursos e capacidades existentes e mobilizáveis e às ameaças objectivas, é, no entanto, o da afirmação da capacidade competitiva regional. Esta assenta no primado dos recursos - que desenharam no passado recente a especialização mais marcante da Região - e tem, como pressupostos, actuações decididas e inadiáveis nos domínios do ordenamento do território, das infraestruturas e dos equipamentos e dos sistemas de incentivos. A ausência destes pressupostos compromete a qualidade da especialização e a possibilidade de enriquecer e diversificar as funções desempenhadas pela Região nos espaços de valorização em que se move - nacional, europeu e mundial.

2.2. Análise da coerência externa

Esta dimensão analítica, própria da avaliação ex-ante, é indispensável em duas perspectivas: (a) na óptica da consistência dos objectivos formulados na Proposta do PROALGARVE face aos grandes objectivos dos fundos estruturais e, designadamente, da coesão social económica (tomando nomeadamente, como referência os grandes objectivos e eixos estratégicos do PDR que veiculam simultaneamente as opções nacionais em matéria de desenvolvimento social e económico para os próximos sete anos, constantes do PNDES); (b) na óptica da complementaridade

com outros instrumentos de financiamento que convergem para a concretização dos objectivos gerais de desenvolvimento e objectivos operacionais do P. O. I. Algarve, e mais explicitamente, para a concretização dos objectivos específicos dos seus Eixos Prioritários e Medidas.

Quanto à articulação com as *prioridades, opções e objectivos das políticas públicas de desenvolvimento regional* para o período 2000-2006, os pontos seguintes traçam a matriz de relação entre, por um lado, os vectores da Estratégia Regional e os objectivos gerais de desenvolvimento constantes do PROALGARVE e, por outro lado, os eixos estratégicos do PDR.

De um modo geral, observa-se uma relação directa dos objectivos gerais de desenvolvimento regional com um dos eixos estratégicos do PDR e, nos casos da “qualificação do território e do ambiente” e da “integração territorial e coesão social” com dois dos quatro eixos do PDR afirmando uma forte complementaridade potencial no plano dos objectivos. Em termos mais específicos são de destacar as seguintes dimensões de articulação:

- (a) *(No domínio do potencial humano)*. É visível a articulação do 1º Eixo prioritário do PDR (“Elevar o nível de qualificação dos portugueses e promover o emprego...”) com as prioridades definidas ao nível da região do Algarve, onde os recursos humanos e as competências constituem o vector de suporte e de qualificação da estratégia regional. Na região definem-se como objectivos operacionais a formação de base escolar e/ou profissional dos jovens, a formação ao longo da vida dos activos, a qualificação de recursos humanos (designadamente, em domínios de actividade articulados com o complexo turismo/lazer), a estruturação de redes de apoio à inovação científica e tecnológica, o desenvolvimento da sociedade da informação, a promoção do emprego e a coesão social (concretização de equipamentos essenciais).
- (b) *(No domínio do perfil produtivo)*. Observam-se níveis de articulação acentuada com o Eixo “Alterar o Perfil Produtivo em direcção às actividades de futuro”. Este Eixo explicita opções desenhadas no PNDES em matéria de *clusters* a privilegiar, bem próximas da ideia de valorização dos recursos regionais: por um lado, o complexo de actividades do turismo (*) e do lazer e, por outro lado, actividades dos *clusters* florestal e habitat/construção, que merecem abundantes referências no documento da Estratégia Regional, justamente na perspectiva da ascensão na cadeia de valor, a partir da fixação de novos factores de competitividade. São de relevar, ainda, as intenções em matéria de apoio às actividades produtivas (zonas industriais, distribuição e logística, integração funcional das actividades de comércio e serviços) e o aproveitamento de oportunidades associadas aos recursos energéticos e à transformação de recursos agro-florestais e marinhos.
- (c) *(No domínio do território e ambiente)*. A articulação com os eixos do PDR é perspectivada através: do desenvolvimento da rede de acessibilidades e sistema de transportes; da conclusão e consolidação das infra-estruturas de recursos hídricos e saneamento básico, da estruturação do sistema urbano; do ordenamento das actividades produtivas e outras funções económicas; da gestão territorial com respeito pelo ambiente e pela conservação dos recursos naturais, da melhoria da qualidade ambiental e correcção de disfunções ambientais.

Os aspectos ligados ao posicionamento geo-económico da Região (3º Eixo do PDR) surgem, sobretudo, associados às necessidades prioritárias de conclusão dos eixos viários estruturantes na acessibilidade a Lisboa (rodo e ferroviária), à Espanha (transfronteiriças) e à Europa (transeuropeias e melhoria da capacidade do tráfego aéreo), comportando também aqui uma forte complementaridade com a estratégia nacional referida no PNDES e no PDR.

- (d) *(No domínio da sustentabilidade e da coesão)*. Através da integração territorial, económica e social entre a rede de cidades e os espaços rurais, pretende-se assegurar a partilha dos resultados económicos gerados nos sectores com maior capacidade de valorização de mercado. Os desafios da promoção da coesão económica e social traduzem-se, por um lado, no acesso duradouro das populações a melhores condições de

vida (rede de equipamentos sociais) e, por outro lado, no reforço das relações de solidariedade entre o litoral e os territórios não litoralizados (iniciativas locais de desenvolvimento).

Quanto às articulações no plano dos instrumentos de financiamento existem dois níveis de complementaridade que importa destacar:

- uma **complementaridade com os programas sectoriais** nacionais, das actividades produtivas aos domínios sociais, passando pela educação, formação, ciência e sociedade da informação, segundo a solução de integração num Eixo Prioritário para medidas sectoriais desconcentradas;
- uma **complementaridade com instrumentos de financiamento extra do PDR/QCAIII** que comporta, por um lado, o Fundo de Coesão e outros esquemas de financiamento da União Europeia (uma vertente que se afigura determinante da possibilidade de co-financiar investimentos estruturantes de grande envergadura e inadiáveis face a necessidades prioritárias e aos vectores de estratégia regional); e, por outro lado, os Programas de Iniciativa Comunitária, com saliência para o PIC Leader + (valorização das economias locais e apoio às iniciativas de pequena escala) e para o INTERREG III (com papel importante se orientado para o alargamento da base económica da cooperação transfronteiriça).

Importaria igualmente reflectir a possibilidade de criar um instrumento de financiamento próprio (do tipo Subvenção Global) para suportar o Plano de Actividades de médio/longo prazo da Agência de Desenvolvimento Regional, numa óptica de consolidação de parceiros regionais para a concretização da Estratégia, especialmente nas áreas revertíveis à valorização do potencial endógeno, significativamente presentes em diversos domínios de intervenção e objectivos específicos das Medidas do PROALGARVE.

Estes são os elementos-chave da coerência externa potencial que são identificáveis no momento *ex-ante* de avaliação e cuja efectivação depende em última análise da dinâmica da iniciativa dos promotores com projectos elegíveis nos diversos programas e medidas.

A articulação intensa com os eixos estratégicos do PDR pode ser observada na perspectiva da estrutura interna de Eixos Prioritários e Medidas do Programa resultando claro os efeitos da opção de territorialização das políticas que garante por si só uma complementaridade potencial e que está patente em dois dos três Eixos Prioritários dos Programas Regionais (Acções Integradas de Base Territorial e Intervenções da Administração Central regionalmente desconcentradas).

São de salientar os níveis de articulação com os eixos prioritários do PDR da qualificação/promoção do emprego e da coesão social com contributos de todos os Eixos Prioritários e de medidas, com predominância de níveis de articulação intensa, com o eixo do território e do posicionamento geoeconómico (igualmente com origem nos 3 Eixos Prioritários e distribuída por medidas).

A articulação com o eixo estratégico mais económico surge associada, por um lado, às Intervenções da Administração Central regionalmente desconcentradas e, por outro lado, aos sistemas de incentivos nacionais. Esta solução apresenta níveis de fragilidade na medida em que prolonga a exterioridade territorial dos sistemas de incentivos. A maturidade da Região e o dinamismo empresarial revelado no passado recente, a par de uma relativa inadequação no passado dos sistemas de incentivos nacionais ao perfil de iniciativas de investimento dos promotores regionais, aconselharia o reforço dos mecanismos de territorialização dos estímulos à iniciativa empresarial e ao investimento. Este aspecto é tanto mais relevante quanto o conteúdo da Intervenção da Administração Central Regionalmente Desconcentrada veiculada pela Medida 3.14 (Economia) remete para intervenções residuais e de escassa expressão financeira.

Finalmente, e no tocante às expectativas de complementaridade elevada com financiamentos do Fundo de Coesão, importaria ter presente as situações deficitárias diagnosticadas e o próprio levantamento levado a cabo pela C. C. R. A.,

junto dos grandes operadores de transportes e da Direcção Regional do Ambiente, das dotações financeiras necessárias para os grandes investimentos nos domínios dos transportes e do ambiente:

- (a) as *infraestruturas de transportes* e as suas ligações intermodais, bem como a posição periférica da Região, constituem factor limitante da Estratégia competitiva da Região; a conclusão de investimentos como a Auto-estrada Grândola-Algarve e acessos (orçada em 100 milhões de contos); a construção do IC 27 Castro Marim-Beja (orçada em 25 milhões de contos); a antecipação do troço ferroviário Coina-Pinhal Novo (15 milhões de contos) e a modernização e organização da logística e complementaridade modal da Linha do Algarve, são exemplos de investimentos inadiáveis no sector dos transportes;
- (b) no *sector do ambiente*, avultam as obras da Barragem de Odelouca e o abastecimento de água aos concelhos de Aljezur e Monchique (orçadas em 14.5 milhões de contos), as infraestruturas de intercepção e tratamento de águas residuais urbanas (14 milhões de contos) e as redes de drenagem de águas residuais urbanas (8 milhões de contos).

Síntese da coerência externa da Proposta de PROALGARVE (2000-2006)

Instrumentos	PROALGARVE		Programas Nacionais	Iniciativas Comunitárias Fundo de Coesão
	Eixos Prioritários 1 e 2	Eixo Prioritário 3		
Objectivos gerais	Medida 1.4. Acções Específicas de Valorização Territorial Medida 2.2. Acção Integrada de Qualificação e Competitividade das Cidades - componente territorial	Medida 3.14. Economia	P.O. Economia (sistemas de incentivos - <i>coerência forte</i>)	INTERREG III (<i>coerência média</i>)
• <i>Assumir a Especialização nas Actividades do Turismo</i>	Medida 1.2. Equipamentos Colectivos Medida 2.1. Acção Integrada de Revitalização das Áreas de Baixa Densidade	Medida 3.9. Cultura Medida 3.10. Desporto Medida 3.11. Agricultura e Desenvolvimento Rural Medida 3.14. Economia Medida 3.16 Ambiente	P.O. Cultura (<i>coerência média</i>) P.O. Desporto (<i>coerência média</i>) P.O. Agricultura e Desenvolvimento Rural (<i>coerência média</i>) P.O. Economia (sistemas de incentivos - <i>coerência média</i>) P.O. Ambiente (<i>coerência média</i>)	PIC Leader + (<i>coerência média</i>) INTERREG III (<i>coerência média/fracca</i>)
• <i>Dinamizar o Aproveitamento dos Recursos Productivos Regionais</i>	Medida 2.1. Acção Integrada de Revitalização das Áreas de Baixa Densidade	Medida 3.11. Agricultura e Desenvolvimento Rural Medida 3.12 e 3.13. Pescas Medida 3.14. Economia	P.O. Agricultura e Desenvolvimento Rural (<i>coerência forte</i>) P.O. Pescas (<i>coerência forte</i>) P.O. Economia (<i>coerência forte</i>)	PIC Leader + (<i>coerência forte</i>)
• <i>Valorizar os Recursos Humanos e as Competências Regionais</i>	Medida 1.3. Recursos Humanos Medida 2.3. Acção Integrada de Qualificação e Competitividade das Cidades - componente empregabilidade Medida 2.4. Recursos Humanos	Medida 3.1. Infra-estruturas da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário Medida 3.2. Ensino Profissional Medida 3.3. Promoção da empregabilidade e do Emprego ao Nível Local Medida 3.4 Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local Medida 3.5. Ciência, Tecnologia e Inovação Medidas 3.6. e 3.7. Sociedade	P.O. Educação (<i>coerência forte</i>) P.O. Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (<i>coerência forte</i>) P.O. Ciência, Tecnologia e Inovação (<i>coerência forte</i>) P.O. Sociedade da Informação (<i>coerência forte</i>)	EQUAL (<i>coerência forte</i>)
• <i>Qualificar o Território e o Ambiente</i>	Medida 1.1. Infraestruturas de Requalificação territorial Medida 1.4. Acções Específicas de Valorização Territorial Medida 2.1. Acção Integrada de Revitalização das Áreas de Baixa Densidade Medida 2.2. Acção Integrada de Qualificação e Competitividade das Cidades - componente territorial	Medida 3.15. Acessibilidades Medida 3.16. Ambiente	P.O. Acessibilidades e Transportes (<i>coerência forte</i>) P.O. Ambiente (<i>coerência forte</i>)	Fundo de Coesão (<i>coerência forte</i>) INTERREG III (<i>coerência média</i>)
• <i>Assegurar a Integração Territorial e a Coesão Social</i>	Medida 1.2. - Equipamentos Colectivos Medida 2.1. Acção Integrada de Revitalização das Áreas de Baixa Densidade	Medida 3.3. Promoção da empregabilidade e do Emprego ao Nível Local Medida 3.4. Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local Medidas 3.6. e 3.7. Sociedade da Informação Medida 3.8. Saúde	P.O. Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (<i>coerência forte</i>) P.O. Sociedade da Informação (<i>coerência média</i>) P.O. Saúde (<i>coerência média</i>)	EQUAL (<i>coerência forte</i>) PIC Leader + (<i>coerência forte</i>)

2.3. Análise da coerência interna

A análise é conduzida em dois planos de coerência: racionalidade entre os vectores da estratégia regional, os objectivos gerais de desenvolvimento e os objectivos operacionais; racionalidade entre os objectivos gerais de desenvolvimento e a estrutura de Eixos Prioritários e Medidas do PROALGARVE.

(a) Racionalidade interna da árvore de objectivos

A Proposta reproduz a formulação de Objectivos estratégicos/Objectivos gerais de desenvolvimento/Objectivos operacionais que decorre do Documento da Estratégia Regional e, ao ser acolhido na Proposta do PROALGARVE, deverá dar suporte à programação estratégica regional para os próximos sete anos. Tendo presente a análise da Estratégia de Desenvolvimento para a Região do Algarve, os elementos de diagnóstico conhecidos e a visão prospectiva regional, estamos em presença de uma “árvore de objectivos” com uma racionalidade global elevada. Esta apreciação é fundada nas seguintes razões fundamentais:

- As definições estratégicas assentam numa associação explícita entre opções de especialização económica e modelo territorial de desenvolvimento.
- As opções de especialização clara, em torno do complexo de actividades Turismo/Lazer, contemplam uma visão enriquecida da cadeia de valor do *core* de actividades turísticas e imobiliárias existentes na Região, a par de um alargamento desse complexo de molde a arrastar um leque alargado de actividades, a montante e a jusante, que não têm beneficiado do efeito motor que surge normalmente associado ao investimento e impulso do turismo.
- A afirmação da competitividade económica regional surge explicitamente ancorada, por um lado, no Território e no Ambiente e, por outro lado, nos Recursos Humanos e Competências Regionais, assumindo o risco de romper com um *status quo* que se pode caracterizar pelo empobrecimento gradual dos recursos de excelência regional, justamente a *dimensão natural*, do território e do ambiente, e a *dimensão humana* fertilizada pela existência de um sistema educação/formação/investigação com pólos de reconhecida solidez e competência.
- O acolhimento nos objectivos gerais e operacionais de vectores que convergem com os vectores de actuação estratégica das políticas da União Europeia no horizonte 2006, como sejam: a *promoção do emprego* (num enquadramento global de iniciativa económica e qualificação dos recursos humanos); a *qualificação ambiental* (na dupla face de recursos para a estratégia e de esteio da qualidade de vida dos residentes e dos visitantes); e a *coesão social* (associada ao acesso a serviços básicos pessoais colectivos, à integração económica e aos objectivos de integração territorial); este último vector reforça os laços entre o desenvolvimento económico e social e o equilíbrio territorial, numa Região em que os processos de crescimento das últimas décadas aprofundaram a separação Litoral/espacos não litoralizados.

(b) Consistência da relação objectivos gerais/estrutura do PROALGARVE

Na fase de programação, as intervenções regionais confrontaram-se com um conjunto de orientações da tutela do PDR que delimitaram de forma acentuada o perfil de Eixos Prioritários e de Medidas dos P. O. 's regionais. O que significa que há uma coerência prévia e de algum modo padronizada com as vantagens (e desvantagens) que as estruturas tipificadas frequentemente reflectem.

Este procedimento, que tem na origem preocupações de racionalidade das intervenções e sobretudo dos modelos de gestão e acompanhamento, revela-se extraordinariamente exigente do ponto de vista dos esforços de concertação estratégica na fase de programação. Com efeito, trata-se de assegurar nessa fase uma adequada integração (com consequências no plano financeiro) de um leque de investimentos estruturantes, desejavelmente segun-

do prioridades de base regional, projectadas na territorialização dos montantes financeiros das Intervenções da Administração Central regionalmente desconcentradas.

Em face disto a análise de consistência tende a deslocar-se para o terreno da afectação de recursos, segundo os eixos da estratégia veiculados por Medidas com objectivos específicos que devem reflectir os objectivos operacionais da estratégia analisados no Diagrama do ponto anterior.

Dentro das limitações assinaladas, o quadro seguinte procura evidenciar o grau de relação entre as medidas do PROALGARVE e os objectivos gerais de desenvolvimento sendo de ter em conta alguns aspectos relevantes, tanto na óptica da resposta às principais *necessidades da Região*, como na óptica dos *factores de risco*:

- Os vectores mais direccionados para a afirmação da competitividade regional embora se encontrem dispersos por algumas das medidas do Eixo Prioritário que agrega as Intervenções da Administração Central regionalmente desconcentradas, surgem significativamente dependentes de fluxos ligados ao volante dos sistemas de incentivos veiculados pelos programas nacionais (agricultura e desenvolvimento rural, pescas e economia);
- Os vectores associados à construção das condições de competitividade têm um tratamento com dupla fonte: uma dependência forte dos programas nacionais, nos volantes das condições materiais de desenvolvimento (ambiente e acessibilidades) e da formação de competências (educação, formação profissional, ciência e tecnologia, sobretudo); uma vertente, interna aos Eixos Prioritários regionais, que cruza com coerência apreciável os objectivos gerais de desenvolvimento, como se observa no quadro seguinte em que medidas de mais do que um Eixo Prioritário convergem para um determinado objectivo geral de desenvolvimento;
- Os vectores ligados à coesão social e à integração territorial têm uma assinalável dispersão dos apoios os quais atravessam medidas dos três Eixos Prioritários, solução que, dado o perfil predominante das entidades beneficiárias, cria alguma apreensão quanto a uma adequada apropriação dos instrumentos de financiamento reforçando a necessidade de integração dos dispositivos de gestão;
- As intervenções orientadas para a formação de competências distribuem-se, por um lado, pelas Intervenções da Administração Central regionalmente desconcentradas onde existem alguns contributos para responder às procuras caracterizadas pelo “efeito massa” das formações predominantes das modalidades de formação inicial e contínua, segundo lógicas e critérios de tipo mais universal; e, por outro lado, pelas medidas estruturalmente inseridas nos Eixos Prioritários de base local/intermunicipal e de acção integrada, que poderão facilitar a resposta a necessidades de carácter específico (p. e., animação para o desenvolvimento local, formação de agentes da administração regional e local, em domínios de intervenção das medidas.

Objectivos Estratégicos / Objectivos Gerais de Desenvolvimento		Afirmar a Competitividade Económica Regional				Construir as Condições de Competitividade Regional			
		Assumir a Especialização nas Actividades do Turismo	Alargar o Complexo de Actividades em Torno do Turismo/Lazer	Dinamizar o Aproveitamento dos Recursos Produtivos Regionais	Valorizar os Recursos Humanos e as Competências Regionais	Qualificar o Território e o Ambiente	Assegurar a Integração Territorial e a Coesão Social		
Eixos Prioritários/Medidas									
EP1. Apoio ao Investimento de Interesse Municipal e Intermunicipal									
M.1.1. Infraestruturas de Requalificação Territorial									
M.1.2. Equipamentos Colectivos									
M.1.3. Recursos Humanos									
M.1.4. Acções Específicas de Valorização Territorial									
EP2. Acções Integradas de Base Territorial									
M.2.1. Acção Integrada de Revitalização de Áreas de Baixa Densidade									
M.2.2. Acção Integrada de Qualificação e Competitividade das Cidades - componente territorial									
M.2.3. Acção Integrada de Qualificação e Competitividade das Cidades - componente empregabilidade									
M.2.4. Acção Integrada de Revitalização de Áreas de Baixa Densidade - componente empregabilidade									
EP3. Interv. da Adm. Central regionalmente desconcentradas									
M.3.1. Infra-estruturas da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secund.									
M.3.2. Ensino Profissional									
M.3.3. e M3.4 Prom. Da Empregabilidade e do E L, Apoio Inv. Des. Local									
M.3.5. Ciência, Tecnologia e Inovação									
M.3.6. e M.3.7. Sociedade da Informação									
M.3.8. Saúde									
M.3.9. Cultura									
M.3.10. Desporto									
M.3.11. Agricultura e Desenvolvimento Rural									
M.3.12. e M 3.13. Pescas									
M.3.14. Economia									
M.3.15. Acessibilidades e transportes									
M.3.16. Ambiente									
Relação Directa		Relação Indirecta				Ausência de Relação			

(c) Opções de distribuição de recursos

A análise assenta essencialmente na comparação de prioridades internamente à estrutura de Medidas constante da Proposta de PROALGARVE procurando apreciar o modo como se encontram reflectidas as diferentes prioridades e eixos da estratégia.

As verbas programadas apontam para uma maior relevância do investimento regional no conjunto do Continente que se situara na vigência do QCA II aquém dos 4% e agora acima de 6%, uma expressão que adquire significado maior nos domínios do desporto, da saúde e do ambiente.

A aposta mais forte está ligada aos apoios veiculados pela Medida da Economia cerca de 120 milhões de contos no total (acima de 26% do investimento total programado); se acrescentarmos a agricultura e o desenvolvimento rural e as pescas, atinge-se 200 milhões de contos - 44% do total. Em segundo lugar surge o investimento no conjunto das medidas de acessibilidades e ambiente (cerca de 93 milhões de contos nas intervenções sectoriais, nacionais e des-concentradas), a que convirá acrescentar um montante não completamente delineado transferido via medidas dos dois outros Eixos Prioritários (1 e 2), com destaque para os investimentos na requalificação territorial.

Se a estes dois domínios-chave de intervenção acrescentarmos mais de 80 milhões de contos transferidos via medidas educação, formação, emprego, desenvolvimento social, ciência e tecnologia e sociedade da informação (intervenções sectoriais) e medidas de desenvolvimento de recursos humanos ligadas aos Eixos Prioritários de base territorial - estamos em presença de uma elevada afectação de recursos às opções e prioridades que sustentam a estratégia (superior a 80 por cento):

- **Competitividade económica e regional** (economia + agricultura/desenvolvimento rural + pescas).
(≈200 milhões de contos);
- **Formação de competências regionais** (educação, formação, emprego, desenvolvimento social + ciência, tecnologia e inovação + sociedade da informação)
(≈80 milhões de contos);
- **Território e ambiente** (ambiente + acessibilidades + requalificação territorial)
(≈93 milhões de contos).

3. QUANTIFICAÇÃO DE OBJECTIVOS E AVALIAÇÃO DE IMPACTES

É reconhecida a dificuldade de quantificar, mesmo a partir de indicadores estabilizados, os resultados e os efeitos das diversas Medidas do PROALGARVE. Nesse sentido, este capítulo da avaliação *ex-ante* assenta em dois planos de aproximação que se admite serem úteis na perspectiva da gestão e do acompanhamento do Programa:

- Identificação de um leque de objectivos das medidas do PROALGARVE (nomeadamente, daqueles que reportam às necessidades prioritárias a corrigir);
- identificação de factores críticos e de actuações recomendáveis na óptica do acompanhamento e da avaliação.

3.1. Aproximação às metas a atingir

O quadro seguinte sistematiza, a título exemplificativo, um conjunto de indicadores (**) por medida associados aos objectivos específicos identificados.

Tendo em atenção que no exercício de fundamentação da Proposta do PROALGARVE, houve a preocupação de detalhar os objectivos específicos da generalidade das Medidas, é sempre possível, na óptica da monitorização e do grau de cumprimento e resposta às prioridades regionais, adoptar outros indicadores que se revelem mais ajustados a determinados objectivos específicos. Numa mesma Medida (p. e., a de Requalificação Territorial) encontram-se objectivos específicos ligados a intervenções ambientais, de reordenamento das actividades produtivas, de animação económica das cidades médias, etc.

Proposta de indicadores de impacte, segundo os objectivos estratégicos das Medidas do PROALGARVE

Medidas	Objectivos específicos	Indicadores
M.1.1. <i>Infraestruturas de Requalificação Territorial</i>	• Aumentar níveis de atendimento da população presente em matéria de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais	• Aumento da cobertura da população presente
	• Apoiar a criação e ordenamento das infra-estruturas de apoio à actividade económica	• Aumento da área (ha) das zonas infraestruturadas de apoio à actividade económica
M.1.2. <i>Equipamentos Colectivos</i>	• Promover a criação de redes equilibradas de equipamentos colectivos nos domínios da educação, da acção social, da cultura e do desporto	• Aumento da taxa de cobertura dos equipamentos de apoio social
		• Aumento do grau de utilização dos equipamentos culturais e desportivos
M.1.3. <i>Recursos Humanos</i>	• Valorizar as competências dos profissionais da Administração Pública com actividades na Região	• Aumento do número de formandos a frequentar acções
M.1.4. <i>Acções Específicas de Valorização Territorial</i>	• Valorização e revitalização de espaços territoriais específicos, com vista à dinamização das suas potencialidades e à promoção da sua competitividade	
M.1.5. <i>Bonificação de juros em linhas de crédito ao investimento autárquico</i>	• Implementação de um instrumento financeiro complementar do investimento autárquico	
M.2.1. <i>Acção Integrada de Revitalização de Áreas de Baixa Densidade</i>	• Valorização e promoção dos espaços rurais e de baixa densidade • Reforçar a integração económica e social dotando de equipamentos e serviços os pequenos aglomerados com vista a melhorar o nível de qualidade de vida das populações e a inverter o ciclo de envelhecimento e desertificação	• Aumento da cobertura das populações do interior por equipamentos colectivos • Número de centros urbanos equipados
M.2.2. <i>Acção Integrada de qualificação e competitividade das cidades - componente territorial</i>	• Qualificar as zonas de ocupação turística e respectivas áreas envolventes • Estruturar e renovar os espaços urbanos e urbano-turísticos • Dotar a Região de equipamentos estruturantes que promovam a competitividade do complexo de actividades em torno do Turismo e do Lazer.	• Aumento do nº de intervenções de renovação urbana/lazer • Aumento da área (ha) objecto de intervenções nas áreas urbanas e urbano-turísticas • Criação de 4 equipamentos regionais reestruturantes para o turismo/lazer.
M.2.3. <i>Acção Integrada de qualificação e competitividade das cidades - componente empregabilidade</i>	• Concretizar acções de promoção do emprego, formação e igualdade de oportunidades	
M.2.4. <i>Acção Integrada de Revitalização de Áreas de Baixa Densidade - componente empregabilidade</i>	• Qualificar profissionalmente os recursos humanos e consolidar as competências regionais, reforçando a oferta de cursos dirigidos ou apropriáveis pelos empregos actuais e futuros nas actividades da fileira da construção, do ambiente, dos serviços de proximidade, etc.	• Aumento dos formandos com competências certificadas nos domínios indicados • Aumento da empregabilidade seis meses após a formação

Medidas	Objectivos específicos	Indicadores
M.3.1. <i>Infra-estruturas da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário (FEDER)</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar e melhorar a formação escolar, qualificando as infraestruturas do 2º e 3º ciclos 	
M.3.2. <i>Ensino Profissional (FSE)</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidar as ofertas de ensino profissional já existentes 	
M.3.3. <i>Promoção da empregabilidade e do emprego ao nível local</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Qualificar os recursos humanos abrangendo a qualificação inicial dos jovens e as acções de renovação permanente de competências dos activos 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do nº de formandos que exerce a actividade na área de formação
M.3.5. <i>Ciência, Tecnologia e Inovação</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a cultura científica e tecnológica 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do valor das despesas em I&D no sector das empresas
M.3.6. <i>Sociedade da Informação (FEDER)</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Modernizar os serviços da Administração Pública através da aposta nas tecnologias de informação 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do grau de utilização de equipamentos e serviços
M.3.7. <i>Sociedade da Informação (FSE)</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover as competências regionais para a criação do Algarve Digital 	
M.3.8. <i>Saúde</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar as condições de acesso às unidades primárias e continuadas de saúde 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a taxa da população beneficiária de serviços de saúde.
M.3.9. <i>Cultura</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a oferta de equipamentos e serviços culturais alargando à generalidade dos concelhos da região. • Promover a reabilitação e valorização do património. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do pessoal ao serviço no ramo das actividades culturais
M.3.10. <i>Desporto</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a estruturação da rede de equipamentos desportivos na dupla óptica da requalificação dos espaços urbanos e da generalização do acesso à prática desportiva 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a taxa de utilização dos equipamentos desportivos pela população presente
M.3.11. <i>Agricultura e Desenvolvimento Rural (FEOGA)</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Diversificar as actividades económicas em meio rural • Reforçar a competitividade das produções agro florestais regionais 	<ul style="list-style-type: none"> • Sustentação do nº de habitantes que desejam manter-se nas zonas apoiadas nos próximos 5 anos • Variação positiva do nº de jovens agricultores apoiados
M.3.12. <i>Pescas (FEDER)</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar as infraestruturas e das condições de actividade nos núcleos piscatórios 	
M.3.13. <i>Pescas (IFOP)</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar os recursos marinhos aumentando a produção aquícola; 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da produção das explorações aquícolas
M.3.14. <i>Economia</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Renovar as vantagens competitivas da oferta turística enriquecendo-a com produtos mais qualificados e elevando os níveis de qualidade de serviços • Dinamizar iniciativas empresariais criadoras de emprego 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de utilização de equipamentos de animação turística • Aumento da criação líquida de empresas
M.3.15. <i>Acessibilidades e Transportes</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Completar e melhorar as acessibilidades de âmbito regional 	<ul style="list-style-type: none"> • Conclusão dos acessos à VLA • Aumento do nº de portos de recreio
M.3.16. <i>Ambiente</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Preservar, recuperar e promover a gestão sustentável dos recursos naturais estratégicos e garantir a perenidade da biodiversidade • Promover a gestão prudente da orla costeira e uma utilização racional do litoral 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do nº de intervenções integradas visando os recursos e valores naturais • Variação positiva dos projectos executados previstos no âmbito dos P00C's

3.2 Impactes socioeconómicos esperados

A reflexão sobre os impactes em intervenções co-financiadas pelos fundos estruturais encontra-se hoje relativamente estabilizada fazendo parte de diversos documentos que construíram sistemas de indicadores coerentes e com potencial operativo/viabilidade de construção.

A proposta do PROALGARVE apresenta um salto qualitativo de grande amplitude em matéria de objectivos gerais, operacionais e específicos e também em matéria de estrutura de Medidas. Paralelamente, nos investimentos a apoiar predominam intervenções que materializam efeitos mais rapidamente porque beneficiam do esforço de investimento anterior. Todavia, permanece um volante de investimento que deve merecer acompanhamento da produção de resultados e efeitos na *fase de construção*, a montante dos efeitos específicos e globais, na medida em que nessa fase será possível gerar importantes efeitos em matéria de população empregada e de dinamização empresarial (p. e., na fileira da construção).

Ao nível da selecção dos projectos deve avançar-se para a formulação de critérios que valorizem adequadamente a dimensão iniciativa local, a capacidade de inovação e o potencial de criação de emprego, critérios decisivos na perspectiva das prioridades do emprego, da competitividade e inovação e da coesão social, pela via da empregabilidade e do acesso ao rendimento.

Deve reter-se igualmente uma preocupação de recensear indicadores que ventilem, ainda, as prioridades da Comissão Europeia, ligadas ao *ambiente* (respondendo também a um fluxo de investimentos vultuosos no ordenamento do território e na protecção e valorização do ambiente) e à *igualdade de oportunidades*, sobretudo na óptica do acesso às prerrogativas das políticas sociais, nomeadamente em matéria de integração gradual dos grupos em situação de desfavorecimento.

3.3 Identificação de factores de risco na óptica do acompanhamento e da avaliação

Na vigência do PROA (QCA II) foram dados passos importantes na perspectiva da consolidação de dispositivos de gestão e acompanhamento das Medidas do Programa com envolvimento das Estruturas de Apoio Técnico e contractualização da gestão de um dos três Sub-Programas.

Na perspectiva do próximo Quadro, as questões fundamentais situam-se numa lógica de *up-grading*, na maior parte das situações. Trata-se, no entanto, de investimentos em termos técnicos e humanos que são imprescindíveis, quer na óptica da gestão estratégica das Medidas, quer na óptica do acompanhamento qualificado dos promotores, em vista da produção de resultados e ampliação de efeitos.

Os pressupostos que conviria ligar às necessidades de gestão e acompanhamento são os seguintes:

- (a) Disponibilidade de informação, no domínio das fontes internas, que mantenha em actualização regular os ritmos de realização física de projectos e acções co-financiadas e que crie instrumentos de recolha expedita de informação relativa aos resultados. As listagens de indicadores de realização e de resultados a adoptar devem dar suporte às actividades de acompanhamento e ter como preocupação criar condições para alinhar as diferentes etapas do ciclo de avaliações, o que pressupõe proceder a ajustamentos nos instrumentos de recolha informação primária (formulários, fichas simples com informação adicional, registo em suporte digital e actualização regular dos dados de realização física);
- (b) Disponibilidade de informação, no domínio das fontes externas (Quadros de Pessoal, Inquéritos ao Emprego, Estatísticas da Actividade Económica, - INE Regional,...) que ofereçam informação actualizada para construir os indicadores de impactes identificados, com níveis satisfatórios de regularidade.

- (c) Fixação de capacidades técnicas e humanas habilitadas a assegurar apoio no domínio da gestão de projecto e nas áreas técnicas específicas aos promotores organizando as actividades de acompanhamento segundo um modelo de autonomia gradual face às Estruturas de Apoio Técnico responsáveis pela gestão das Medidas.

4. DISPOSITIVOS DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO - ADEQUAÇÃO E QUALIDADE DOS DISPOSITIVOS

A gestão do PROA (1994/99) tem merecido um balanço globalmente positivo da parte das entidades intervenientes devendo levar-se em conta desse balanço: (a) o relacionamento da Estrutura de Apoio Técnico com as entidades promotoras desde a fase de concepção de projectos e de preparação das candidaturas, com reflexos sobre a eficácia na absorção de recursos; (b) a relevância na estrutura de medidas de entidades beneficiárias em que predominam instituições e operadores com capacidade de projecto e de formação mais ou menos expedita de candidaturas; (c) e as alterações introduzidas em 1996 com a atribuição de responsabilidades de gestão do Eixo Prioritário dos Investimentos municipais à Associação de Municípios da Região - AMAL.

Relativamente às medidas abertas, dependentes sobretudo do protagonismo das associações e dos promotores com menor capacidade de iniciativa, observou-se uma menor eficácia na mobilização de recursos e na produção de resultados. É de admitir que um perfil e dotação de recursos diferentes por parte da Estrutura de Apoio Técnico teriam contribuído para um aproveitamento mais intenso (em termos de eficácia e eficiência) dos apoios veiculados por essas medidas orientadas para a mobilização do potencial endógeno, a animação económica, a promoção do desenvolvimento, etc.

Estas limitações têm consequências também no desempenho das funções ligadas ao acompanhamento dos projectos que, quando são asseguradas, assentam nos mesmos técnicos que têm sob a sua responsabilidade as actividades de promoção e gestão de projectos.

Na fase actual de preparação da próxima intervenção dos fundos estruturais, colocam-se desafios muito exigentes em matéria de simplificação de processos, de descentralização de competências e de participação, sob diversas modalidades, dos parceiros económicos e sociais.

A situação de partida não se apresenta animadora dada a tradição centralizadora dos mecanismos decisórios e de homologação dos apoios, a par da fragmentação dos interesses regionais. No entanto, a intenção política de concentrar a gestão dos recursos do PROALGARVE (nos seus diversos Eixos Prioritários) ao nível regional transfere para os intervenientes públicos, associados e privados da Região o ónus da concertação de actuações que favoreça uma integração de objectivos regionais na mobilização e utilização dos recursos financeiros comunitários e nacionais.

A existência de um Eixo Prioritário com uma densa estrutura de medidas, que veiculam a transferência para a Região das políticas públicas nacionais de diferentes sectores, preenche uma dimensão de territorialização muito importante tendo em vista consensualizar perspectivas e modelos de actuação e simultaneamente partilhar responsabilidades.

A criação de entidades gestoras para os Eixos Prioritários de Apoio ao Investimento Municipal e Intermunicipal e às Acções Integradas de Base Territorial, afigura-se adequada e poderá mesmo beneficiar das experiências do actual Quadro: por um lado, no tocante à consistência técnica dos dispositivos de gestão e acompanhamento da CCR Algarve; por outro lado, no tocante à experiência mais recente de gestão contratualizada com a Associação de Municípios.

Quanto ao Eixo Prioritário que abrange as Intervenções da Administração Central regionalmente desconcentradas, a definição de um gestor por Medida sendo em si positiva encerra o risco da internalização junto das Direc-

ções/Delegações Regionais das tutelas sectoriais que, por um lado, possuem capacidades e experiências técnicas em matéria de promoção, gestão e acompanhamento muito distintas e, por outro lado, têm - em grande parte das situações - tutelas tradicionalmente centralistas que dificilmente acolherão lógicas de territorialização das medidas de política.

Tendo presente este factor de risco, entende-se conveniente que a Unidade de Gestão do PROALGARVE e a sua Estrutura de Apoio Técnico tenham um perfil de atribuições e competências que não se resume a aspectos de carácter operacional e que constituam as instâncias decisivas em matéria de aplicação de critérios de selecção de projectos e de estabelecimentos de prioridades partindo de uma visão de conjunto das opções estratégicas regionais patentes na fundamentação do PROALGARVE.

Esta filosofia é indispensável para corrigir tentações sectoriais que podem comprometer o sucesso da estratégia, nomeadamente em domínios como o ordenamento do território, o ambiente e os investimentos produtivos. Um terreno exemplar nesta matéria tem a haver com a arbitragem entre investimentos materiais e investimentos de carácter imaterial orientados para qualificar e reforçar a eficiência de investimentos anteriores, um domínio de grande relevância no caso do Algarve.

Perante os sinais de mudança em matéria de modelo de gestão torna-se indispensável ter presente as exigências da estratégia (nomeadamente, em matéria de modelo territorial de desenvolvimento, e de gestão dos recursos naturais e urbano-ambientais), a experiência de gestão anterior, as capacidades de assumpção de responsabilidades pelos parceiros regionais e os constrangimentos da regulação do planeamento e ordenamento. Em face disso sinalizamos três vectores que devem merecer especial atenção no plano da gestão e do enquadramento institucional para operacionalizar e desenvolver o PROALGARVE:

(a) Contratualização de funções de promoção e gestão de Medidas ou Eixos Prioritários

A contratualização com incidência na promoção e gestão de medidas deverá assentar em regras rigorosas:

- avaliação da capacidade das entidades, medida pela experiência e actividades desenvolvidas, pela prática anterior de sustentação de parcerias, pelos resultados concretos e pelos efeitos de actividades e acções recentes;
- contratualização da gestão assente na negociação de um programa de acção que ventile os eixos estratégicos regionais e as prioridades e objectivos operacionais fixados para a Medida ou Medidas em causa;
- existência de mecanismos de regulação que consagrem uma lógica gradualista do tipo experiência-piloto de 2 anos após os quais se proceda à avaliação e se redefinam os termos da contratualização.

A criação de capacidade técnicas e de empreendimento de iniciativas por parte de associações empresariais, de municípios e de desenvolvimento local, bem como de associações profissionais, deve ser estimulada tendo em vista ampliar as respectivas capacidades para uma participação activa na promoção e gestão do desenvolvimento regional. As verbas da Assistência Técnica deverão suportar financeiramente esta fixação de capacidade técnica e de gestão porque a mesma constitui um instrumento indispensável à melhoria qualitativa dos projectos e candidaturas das entidades privadas e dos promotores directos, com interesses representados por aquelas associações.

(b) Racionalização dos instrumentos de planeamento e gestão do território e do ambiente

A relevância para a Estratégia Regional dos recursos território e ambiente aconselha a que se refira na avaliação *ex-ante* a necessidade de uma atenção muito especial aos instrumentos de planeamento e ordenamento, por um lado, e aos instrumentos de gestão municipal, por outro lado.

A eficácia e a eficiência de inúmeras actuações viabilizadoras de medidas e linhas de acção que integram o PROALGARVE estão dependentes nestes domínios:

- de uma articulação dos instrumentos de planeamento e ordenamento urbano que facilitem a requalificação do espaço urbano, que servem os planos aprovados e procedimentos de aplicação nos domínios de qualificação do ambiente, da preservação dos recursos naturais e de gestão do litoral;
- de uma reformulação dos instrumentos de gestão municipal, valorizando as vertentes de actuação intermunicipal, o que pressupõe novos mecanismos de financiamento das participações da administração local, por exemplo.

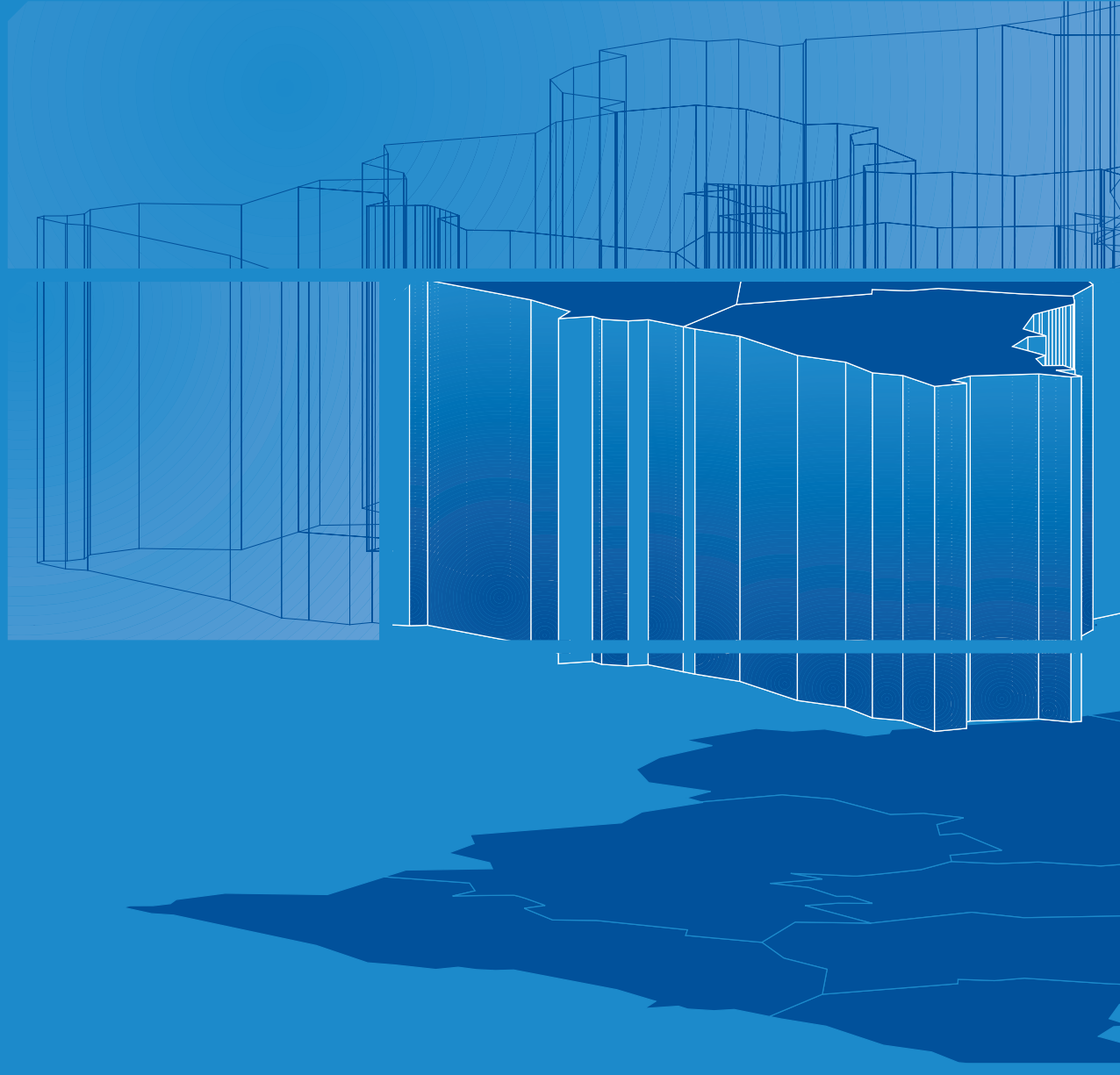
A elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território (PROTAL, de nova geração), a par da elaboração de vários planos municipais e intermunicipais de ordenamento do território, deverá ser encarada como momento privilegiado, não só para reforçar a coerência dos sistemas urbanos, mas também no tocante aos contributos para a estratégia regional e para uma maior eficácia das medidas que visam a requalificação territorial e do ambiente.

(c) *Enriquecimento das Estruturas de Apoio Técnico*

Em matéria de gestão, acompanhamento e controlo dos fundos estruturais importa superar as debilidades reconhecidas actuando decididamente em dois planos: o da integração dos sub-sistemas de informação; e o do fortalecimento técnico das funções de acompanhamento.

Quanto ao primeiro vector, a gestão global do PROALGARVE vai confrontar-se com a mobilização de quatro fundos estruturais. Na perspectiva da monitorização e da gestão estratégica (perspectiva das políticas regionais), afigura-se indispensável: dispor de uma organização eficaz, em rede, das intervenções dos fundos; assegurar uma adequada fixação de competências nos técnicos envolvidos na gestão, mobilizando capacidades formativas ajustadas, nacionais e comunitárias.

Quanto à função acompanhamento, o objectivo deve ser o da criação de limiares de recursos técnicos e humanos capazes de qualificar as actividades de apoio aos promotores de um modo a ampliar resultados e efeitos dos projectos. Isto consegue-se através da fixação de meios nos dispositivos de suporte à gestão, sobretudo das medidas abertas; e da contratação de serviços de consultoria na óptica do *up-grading* das intervenções. Este último aspecto tem importância maior também no plano do desenho de algumas acções de carácter voluntarista, com o objectivo de produzir efeitos de demonstração, p. e., no domínio da integração territorial e da dinamização socioeconómica, para o que poderiam contribuir, quer o trabalho das Estruturas de Apoio Técnico, quer a experiência em curso no âmbito das Redes Regionais para o Emprego.



VII - PARCERIAS

As dimensões de articulação institucional para a promoção, gestão e desenvolvimento de Programas Operacionais Regionais no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio, adquirem uma relevância tanto maior quanto:

- (a) permanecem níveis de insatisfação no tocante aos resultados proporcionados pelo quadro institucional actual que procurara, no plano dos princípios, aumentar a eficácia global das intervenções através da simplificação dos circuitos de candidatura e financeiros, da descentralização de competências e da participação dos agentes económicos e sociais;
- (b) existe a preocupação, a nível da Comissão Europeia e também das diferentes tutelas dos Estados-membros, de enquadrar a utilização de recursos públicos para o desenvolvimento regional num patamar de coerência das intervenções dos diversos organismos e operadores públicos, entidades associativas e privadas;
- (c) a afirmação das orientações estratégicas das políticas sectoriais nacionais tem vincada a preocupação de criar condições para uma efectiva igualdade de oportunidades dos territórios e dos actores materiais que aí actuam, permitindo a emergência e a expressão de novas lógicas de especialização, num contexto de cooperação inter-regional.

O PROALGARVE acolhe de forma explícita opções que relevam de uma nova visão da competitividade territorial, como condição de afirmação e (re) posicionamento do Algarve, a nível nacional e internacional. A massa crítica indispensável para esta estratégia fazer o seu caminho e dar frutos, pressupõe uma fertilização cruzada das políticas de competitividade (nomeadamente, dos sistemas de incentivos e de outros mecanismos de financiamento do investimento), das políticas sectoriais, designadamente, das que mais convergem para a qualificação da estratégia (ambiente, cultura, desporto e saúde) e das políticas regionais e de ordenamento do território, contemplando aqui os investimentos inadiáveis nas infraestruturas e redes viárias.

A definição de opções e prioridades patentes na estratégia regional e na arquitectura de Eixos Prioritários e Medidas do PROALGARVE dão sustentação aqueles pressupostos e visão estratégica de cruzamento de políticas, designadamente no plano das formulações de enquadramento e das orientações para os actores regionais e outros a mobilizar para o investimento no Algarve.

Neste contexto, o desafio e ponto de acumulação das intervenções e prioridades transfere-se para a capacidade de iniciativa e de gestão dos diversos intervenientes que, nas esferas pública, associativa e privada, vão ter responsabilidades, enquanto gestores, promotores e beneficiários, no desenvolvimento do Programa. Mesmo num contexto em que uma parte sensível do investimento se encontra delimitada nos seus contornos (em termos de sectores, de localizações, de origem e gestão da iniciativa,...) e em que as atribuições e competências dos diversos operadores evoluem segundo uma banda estreita, a arquitectura de medidas de objectivos específicos e de campos de aplicação oferece *uma margem interessante para desenvolver parcerias estratégicas e/ou operacionais* para concretizar as diversas intervenções previstas.

O ponto de partida é o do reconhecimento das vantagens, para os diversos actores e para a comunidade em geral, de um conjunto diversificado de oportunidades que conferem à concertação de recursos e de interesses a possibilidade de contribuir para implementar projectos estruturantes, orientados para o reforço da competitividade/attractividade do território. Esta perspectiva, valorizada pelas instâncias comunitárias, pode induzir efeitos positivos no aproveitamento de recursos locais, na iniciativa económica, na criação de emprego, na melhoria da qualidade de vida e na sustentabilidade do território.

Na situação de partida importa, destacar um conjunto de experiências que ganharam expressão na vigência do actual QCA II em diversos domínios sectoriais e que, pelo perfil de entidades que foram mobilizadas ou pelos resultados que foram sendo alcançados, merecem breve referência na perspectiva de uma eventual reprodução para outras actuações, no horizonte do período 2000-2006. Citem-se, a título de exemplo:

(a) *A experiência de transferência de atribuições e competências de gestão de um Sub-Programa.*

Ao abrigo de um contrato-programa, celebrado no início de 1997, com a CCR Algarve, transferiu-se para a Associação de Municípios do Algarve (AMAL) a gestão técnica, administrativa e financeira de um Sub-Programa do PROA (Infraestruturas de Apoio ao Desenvolvimento Local - Investimentos Municipais). Essa transferência teve por objectivo testar as condições de descentralização e partilha de responsabilidades entre a CCR Algarve e a AMAL, num contexto de reforço da aproximação aos interesses e às lógicas específicas das entidades beneficiárias das medidas e acções daquele Sub-Programa. A fixação de recursos humanos para assegurar as funções de gestão, a par da necessidade de reflectir prioridades e critérios de selecção para a afectação de recursos a entidades representadas pela própria AMAL, permitiu o estabelecimento de uma parceria que revelou elementos mutuamente vantajosos.

(b) *A concepção e desenvolvimento do Programa ODIANA.*

Esta Intervenção Integrada, que abrangeu uma área do Algarve, beneficiou de um quadro institucional de parceria interno à Administração Pública Regional e Local (CCR, Delegação Regional do IEF, Serviços de Desenvolvimento Rural da Direcção Regional de Agricultura e autarquias) tendo, simultaneamente, mobilizado parceiros associativos e privados na área de intervenção, segundo um modelo de partenariado para o desenvolvimento territorial. O balanço positivo deste Programa ODIANA poderá funcionar como experiência-piloto de promoção e gestão, a analisar atentamente na perspectiva das soluções de contratualização da gestão a adoptar nas Acções Integradas de Base Territorial que compõem o Eixo Prioritário 2 do PROALGARVE.

(c) *A fase de preparação dos documentos de diagnóstico e estratégia regional.*

O modo de elaboração das componentes de programação para o próximo Programa Operacional Integrado para a Região envolveu a participação em múltiplas reuniões - e frequentemente com a preparação de contributos escritos que expressaram visões e vontades regionais contrastadas - de um vasto conjunto de entidades, desde a totalidade das Direcções Regionais dos ministérios das tutelas sectoriais às diversas associações empresariais - de base regional e sectorial -, passando pelos municípios e pelas diversas entidades dos sub-sistemas de formação escolar e profissional. Na esfera municipal é de assinalar que a AMAL procedeu à elaboração do *Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região do Algarve* (PEDRA) e de um Programa de Investimentos Municipais, este último com o apoio financeiro do PROA, que proporcionaram contributos relevantes para fundamentar as propostas municipais na fase de recolha de intenções de investimentos estruturantes, a realizar no período 2000-2006.

(d) *O lançamento e concretização dos pólos regionais do Programa de Centros Rurais.*

Este Programa mobilizou nas diversas fases do ciclo de vida dos Planos Globais de Intervenção (PGI's), a acção da CCR Algarve, da Direcção Regional de Agricultura, do serviço público de emprego e das Associações de Desenvolvimento Local. Estas Associações foram credenciadas para gerir intervenções que veiculam financiamentos, sobretudo FEOGA e FEDER, orientados para a revitalização social, económica e cultural de núcleos rurais. Na medida em que algumas Associações são igualmente responsáveis pela execução de Subvenções Globais no âmbito do Programa Leader, para cuja gestão foram obrigadas a apetrechar-se tecnicamente, estamos em presença de interlocutores institucionais locais com atributos relevantes na perspectiva da contratualização de iniciativas e projectos no âmbito de futuros programas.

(e) *A criação e funcionamento das Redes Regionais para o Emprego.*

A composição destas redes, da iniciativa da Delegação Regional do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, às quais a Comissão de Coordenação presta a sua colaboração, reflecte uma apreciável riqueza de parceiros para a promoção do emprego e da valorização dos recursos humanos, em contextos territoriais fortemente desvitalizados e onde o forjar de iniciativas em parceria (IEFP, CCRA, ADL's, autarquias, escolas, segurança social, IPSS's, etc.) representa, em muitos casos, uma derradeira oportunidade de revitalização social e de integração de populações em situação de desfavorecimento.

As experiências de parceria vividas no passado permitiram enriquecer a fase de **preparação do PO** e do Complemento de Programação através de contactos com a Associação de Municípios e representantes dos Sectores Desconcentrados a nível regional e nacional e Associações de Desenvolvimento Regional e Local.

Os contactos efectuados concretizaram-se através da recolha de contributos relativamente a:

- intenções de investimento para 2000-2006;
- orientações para a implementação das Medidas;
- recolha de informação de suporte à quantificação de indicadores e
- delimitação mais clara das prioridades e áreas de competência das Medidas.

Na fase de **gestão e acompanhamento** do Programa prevê-se a intensificação destas formas de parceria. À semelhança do que já aconteceu no passado e mediante a celebração de contratos-programa homologados pelo membro do Governo competente, a autoridade de gestão deverá associar à gestão técnica, administrativa e financeira da intervenção operacional respectiva, entidades públicas ou privadas por período determinado.

Com efeito, a partir do conhecimento existente das entidades e das suas capacidades e projectos em curso, bem como da experiência anterior de parcerias estratégicas e operacionais, reconhece-se a existência de um conjunto de parceiros potenciais na óptica da contratualização de funções específicas de promoção e de gestão de Medidas. De entre essas entidades destacam-se num patamar regional: a Associação de Municípios, a Agência de Desenvolvimento Regional e a Universidade do Algarve. A nível da organização de interesses económicos de base sectorial e local, observa-se a existência de alguma fragmentação de actuações e problemas de representatividade que podem gerar dificuldades, em termos de negociação institucional. Contudo, a nível local ou intermunicipal, poder-se-ão delinear experiências no quadro do desenvolvimento e do ordenamento com vista a consolidar as respectivas capacidades de intervenção territorial.

As perspectivas de contratualização, como modo privilegiado de construção de parcerias, surgem com maior margem de aprofundamento nas Medidas do Eixo Prioritário das Acções Integradas de Base Territorial e nas Medidas do Eixo Prioritário dos Investimentos de Interesse Intermunicipal e Municipal, dado o perfil de investimento e de entidades beneficiárias que as caracteriza. Está assim previsto o estabelecimento de parcerias de gestão com a AMAL para pacotes de projectos devidamente enquadrados na estratégia regional, no âmbito das Medidas 1 e 2 do Eixo 1, e com a Agência de Desenvolvimento Regional ou com outras Associações para pacotes de projectos ou para acções específicas no âmbito dos vários eixos. A Universidade do Algarve participará mais no âmbito dos projectos imateriais, dos estudos, monitorizações e avaliações de acordo com as suas competências próprias. No entanto, será igualmente de admitir que, em algumas componentes das Medidas das Intervenções da Administração Central regionalmente desconcentradas, se teste a possibilidade de parcerias no plano da gestão e seguramente, no plano da concretização de projectos e acções voluntaristas. Citem-se, como exemplo:

- componentes das Medidas da Sociedade da Informação, da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- componentes das Medidas de Ambiente, Agricultura e Desenvolvimento Rural, explorando, no caso do Ambiente experiências de gestão de carácter empresarial já em curso;
- componentes da Economia, nomeadamente em actividades ligadas à promoção da iniciativa empresarial, ao apoio à organização de candidaturas, ao acompanhamento dos projectos, etc.;
- componentes das Medidas visando a Valorização dos Recursos Humanos, pelo peso institucional e capacidade técnica da entidade que tutela os domínios da formação e do emprego.

Em qualquer caso, a possibilidade de evoluir para a contratualização com incidência na promoção e gestão de medidas deverá assentar, de acordo com as recomendações explícitas da Avaliação *ex-ante* do PROALGARVE, em regras rigorosas que contemplem, entre outros processos:

- a avaliação da capacidade das entidades, medida pela experiência e actividades desenvolvidas, pela prática anterior de sustentação de parcerias, pelos resultados concretos e pelos efeitos de actividades e acções recentes;

- a contratualização da gestão assente na negociação de um programa de acção que ventile os eixos estratégicos regionais e as prioridades e objectivos operacionais fixados para a Medida ou Medidas objecto de contratualização nos termos do nº2 do Artigo 36º do DL nº54-A/2000 de 7 de Abril;
- a existência de mecanismos de regulação que consagrem uma lógica gradualista (p. e., experiência-piloto de 2 anos) após os quais se proceda à avaliação e se redefinam os termos técnicos da contratualização.

A criação de capacidade técnica e de empreendimento de iniciativas por parte de agências de desenvolvimento, já existentes e em fase de consolidação, associações empresariais, de municípios e de desenvolvimento local, bem como de associações profissionais, deve ser estimulada tendo em vista ampliar as respectivas capacidades para uma participação activa na promoção e gestão do desenvolvimento regional.

As verbas da Assistência Técnica deverão suportar financeiramente esta fixação de capacidade técnica e de gestão porque a mesma constitui um instrumento indispensável à melhoria qualitativa dos projectos e candidaturas das entidades privadas e dos promotores directos, com interesses representados por aquelas associações. Tal não invalida que a consolidação gradual de estruturas técnicas e de capacidades de gestão estimule uma fileira de prestação de serviços e de dinamização de projectos e iniciativas geradoras de receitas próprias, criando margens de crescente autonomia e fortalecendo as entidades por forma a afirmarem-se como potenciais parceiros daquela contratualização.

Finalmente, há uma dimensão de parceria de carácter interno à Administração Pública Central/Regional que importa relevar na perspectiva da gestão eficaz e eficiente dos recursos. Esta dimensão tem um contexto próprio para ser equacionado qualquer que seja o do funcionamento das Unidades de Gestão dos Eixos Prioritários que irão ser criadas. No entanto, as exigências em matéria de coordenação de iniciativas e de definição de prioridades, com reflexos sobre os critérios de selecção, pressupõem um trabalho pesado ao nível das estruturas de apoio técnico. Neste patamar é desejável estimular uma maior abertura que permita ultrapassar lógicas demasiado sectorialistas, que podem comprometer uma leitura de maior integração patente nos vectores da estratégia regional e que apelam a uma reconsideração de atribuições e competências de raiz sectorial em favor de lógicas mais territorializadas.



COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

C(2000) 1778

Bruxelas, 28-07-2000

A NÃO PUBLICARDECISÃO DA COMISSÃO

de 28-07-2000

que aprova um Programa Operacional Algarve que se integra no Quadro Comunitário de Apoio para as intervenções estruturais comunitárias nas regiões abrangidas pelo objectivo nº 1 (Açores, Alentejo, Algarve, Centro, Madeira e Norte) e nas regiões abrangidas pelo apoio a título transitório, ao abrigo do objectivo nº 1 (Lisboa e Vale do Tejo), em Portugal.

CCI: 1999 PT 16 I PO 012

que aprova um Programa Operacional Algarve que se integra no Quadro Comunitário de Apoio para as intervenções estruturais comunitárias nas regiões abrangidas pelo objectivo nº 1 (Açores, Alentejo, Algarve, Centro, Madeira e Norte) e nas regiões abrangidas pelo apoio a título transitório, ao abrigo do objectivo nº 1 (Lisboa e Vale do Tejo), em Portugal.

(Apenas faz fé o texto em língua portuguesa)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia;

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 1260/1999, do Conselho, de 21 de Junho de 1999, que estabelece disposições gerais sobre os Fundos Estruturais¹, e nomeadamente, o nº 4 do seu artigo 15º;

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (CE) nº 1260/1999 dispõe no seu Título II, nos artigos 13º e seguintes, as condições de elaboração e execução dos Programas Operacionais;
- (2) O nº 2 do artigo 15º do Regulamento (CE) nº 1260/1999 prevê que o Estado-Membro apresente à Comissão Europeia, após consulta aos parceiros referidos no artigo 8º desse regulamento, um Plano de Desenvolvimento Regional, cujo conteúdo é explicitado no artigo 16º do mesmo Regulamento;
- (3) Nos termos do nº 4, segundo parágrafo do artigo 15º do Regulamento (CE) nº 1260/1999, a Comissão Europeia aprecia as propostas de Programas Operacionais apresentadas pelos Estados-Membros, em função da sua coerência com os objectivos do Quadro Comunitário de Apoio correspondente e da sua compatibilidade com as políticas comunitárias, e toma uma decisão de participação dos Fundos nos termos do nº 1 do artigo 28º, com o acordo do Estado-Membro em causa, desde que as propostas incluam os elementos previstos no nº 2 do artigo 18º do mesmo Regulamento;

- (4) O Governo Português apresentou à Comissão Europeia, em 19 de Novembro de 1999, um projecto de Programa Operacional Algarve, admissível para a região Algarve em Portugal abrangida pelo objectivo n.º 1, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 3º do Regulamento (CE) 1260/1999; este projecto de Programa Operacional inclui os elementos previstos no artigo 18º do mesmo regulamento, designadamente a descrição dos eixos prioritários do programa, um plano de financiamento indicativo que especifica, em relação a cada eixo prioritário e cada ano, o montante do envelope financeiro previsto para a participação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), do Fundo Social Europeu (FSE), do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola / Orientação (FEOGA-O) e do Instrumento Financeiro Orientação das Pescas (IFOP), do BEI e dos outros instrumentos financeiros, bem como o montante total dos financiamentos públicos elegíveis e dos financiamentos privados previsíveis do Estado-Membro;
 - (5) A data da apresentação do projecto do Programa Operacional considerado admissível pela Comissão Europeia constitui a data do início da elegibilidade das despesas a título desse plano; por força do artigo 30º do mesmo Regulamento, é conveniente fixar a data-limite de elegibilidade das despesas;
 - (6) As medidas de desenvolvimento rural financiadas ao abrigo do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) inscrevem-se no quadro do Regulamento (CE) n.º 1257/1999 do Conselho de 17 de Maio relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) e que altera e revoga determinados regulamentos²;
 - (7) O Programa Operacional foi elaborado com acordo do Estado-Membro em causa, no âmbito da parceria;
 - (8) Nos termos do artigo 10º do Regulamento (CE) n.º 1260/1999, a Comissão e o Estado-Membro devem assegurar, na observância da parceria, a coordenação entre as intervenções dos diferentes Fundos e as do BEI e dos outros instrumentos financeiros existentes;
 - (9) A participação financeira da Comunidade Europeia disponível para o conjunto do período e a sua repartição anual, são definidas em euros; a repartição anual deve ser compatível com as perspectivas financeiras aplicáveis. Em conformidade com o n.º 7 do artigo 7º do Regulamento (CE) n.º 1260/99, a participação financeira da Comunidade foi já alvo de uma indexação anual de 2%. Esta participação poderá ser revista a meio do período e o mais tardar até 31 de Março de 2004 a fim de ter em conta a evolução efectiva dos preços e a atribuição da reserva de eficiência de acordo com o n.º 7 do artigo 7º, e com o n.º 2 do artigo 44º do Regulamento (CE) n.º 1260/1999;
2. O plano de financiamento indicativo especifica o custo total dos eixos prioritários seleccionados para a acção conjunta da Comunidade e do Estado-Membro em causa, ou seja 728,478 milhões de euros para o conjunto do período, bem como os envelopes financeiros previstos a título da participação dos Fundos Estruturais, isto é 453,340 milhões de euros.
- As necessidades de financiamento nacional daí resultantes, ou seja 253,775 milhões de euros, para o sector público, e 21,363 milhões de euros, para o sector privado, pode ser parcialmente coberta através do recurso aos empréstimos comunitários provenientes do Banco Europeu de Investimentos e dos outros instrumentos de empréstimos. A título indicativo, os empréstimos do BEI podem atingir o montante de 142,608 milhões de euros.

Artigo 3º

1. A participação do conjunto dos Fundos Estruturais concedida ao abrigo do presente programa operacional ascende a um montante de 453,340 milhões de euros.

As regras de concessão d contribuição financeira, incluindo a participação financeira dos Fundos relativos aos diferentes eixos e medidas que fazem parte do programa operacional são especificadas no plano de financiamento anexo à presente decisão.

A necessidade de financiamento nacional indicada no plano de financiamento pode ser parcialmente coberta pelo recurso aos empréstimos comunitários provenientes do BEI e outros instrumentos de empréstimos.

2. A título indicativo, é a seguinte a repartição inicialmente prevista pelos Fundos estruturais do total da participação comunitária disponível:

FEDER	365,457 milhões de euros
FSE	48,681 milhões de euros
FEOGA, secção "orientação"	37,445 milhões de euros
IFOP	1,757 milhões de euros
Total	453,340 milhões de euros

Artigo 4º

A presente Decisão não prejudica a posição da Comissão Europeia perante os auxílios estatais, na acepção do nº 1 do artigo 87º do Tratado, incluídos na presente intervenção e ainda não aprovados pela Comissão. A apresentação, pelo Estado-Membro, do pedido de intervenção, do complemento de programação ou de um pedido de pagamento não substitui a notificação prevista no nº 3 do artigo 88º do Tratado.

Efectivamente, o co-financiamento comunitário dos auxílios estatais (regimes e casos *ad hoc*), na acepção do nº 1 do artigo 87º do Tratado, quer se trate de regimes quer de auxílios individuais, exige a prévia aprovação dos mesmos pela Comissão, em conformidade com o artigo 88º do Tratado, com excepção dos auxílios conformes à regra de minimis, descrita no enquadramento comunitário dos auxílios, e dos auxílios isentos ao abrigo dos regulamentos de isenção, tal como foi decidido pela Comissão em aplicação do Regulamento (CE) nº 994/1998 de 7 de Maio de 1998 relativo à aplicação dos artigos 87º e 88º do Tratado a certas categorias de ajudas horizontais³. Na ausência de tal isenção ou aprovação, esses auxílios constituem auxílios ilegais (as consequências dos auxílios ilegais são definidas pelo regulamento processual dos auxílios estatais) e o seu co-financiamento será tratado como uma irregularidade, na acepção do nº 5 do artigo 38º do Regulamento (CE) nº 1260/99.

Em consequência, os pedidos de pagamento intermédios e finais, descritos no nº 3 do artigo 32º do Regulamento (CE) nº 1260/99, não são admissíveis pela Comissão em relação às medidas que comportem o co-financiamento de auxílios novos ou alterados de acordo com a definição do regulamento processual dos auxílios (regimes e casos *ad hoc*), até à sua notificação e aprovação formal pela Comissão.

Em caso de derrogação dos parágrafos precedentes, relativamente às medidas agricultura e desenvolvimento rural cofinanciado pelo FEOGA, serão aplicados os artigos 51 e 52 do regulamento (CE) nº 1257/1999.

Artigo 5º

A data de início da elegibilidade das despesas é 19 de Novembro de 1999. A data final de elegibilidade das despesas é 31 de Dezembro de 2008. Esta data é prolongada até 30 de Abril de 2009, para as despesas efectuadas pelos organismos que atribuem as ajudas previstas na alínea i) do artigo 9º do Regulamento (CE) nº 1260/99.

Artigo 6º

A República Portuguesa é a destinatária da presente decisão.

Feito em Bruxelas, em ... 28 -07- 2000

Pela Comissão

Michel BARNIER
Membro da Comissão



³ JO L 142 de 14.5.1998, p. 1.

